



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXI - N° 190 - QUINTA-FEIRA, 26 DE OUTUBRO DE 2006 - BRASÍLIA- DF

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente Renan Calheiros – PMDB-AL 1º Vice-Presidente Tião Viana – PT-AC 2º Vice-Presidente Antero Paes de Barros – PSDB-MT 1º Secretário Efraim Morais – PFL-PB 2º Secretário João Alberto Souza – PMDB-MA	3º Secretário Paulo Octávio – PFL-DF 4º Secretário Eduardo Siqueira Campos – PSDB-TO Suplentes de Secretário 1 ^a - Serys Slhessarenko – PT-MT 2 ^a - Papaléo Paes – PSDB-AP 3 ^a - Alvaro Dias – PSDB-PR 4 ^a - Aelton Freitas – PL-MG
---	--

LIDERANÇAS

MAIORIA (PMDB) – 20 LÍDER EM EXERCÍCIO Wellington Salgado de Oliveira ⁽²⁾ VICE-LÍDERES Wellington Salgado de Oliveira Garibaldi Alves Filho Gilberto Mestrinho Geovani Borges Amir Lando Ramez Tebet LÍDER EM EXERCÍCIO DO PMDB – 20 Wellington Salgado de Oliveira ⁽²⁾ VICE-LÍDERES DO PMDB Wellington Salgado de Oliveira Luiz Otávio Valdir Raupp Alberto Silva	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB/PRB) - 19 LÍDER Ideli Salvatti – PT VICE-LÍDERES Sibá Machado – PT Antônio Carlos Valadares – PSB LÍDER DO PT – 12 Ideli Salvatti VICE-LÍDERES DO PT Sibá Machado Ana Júlia Carepa Flávio Arns Roberto Saturnino LÍDER DO PL – 3 João Ribeiro VICE-LÍDER DO PL Aelton Freitas LÍDER DO PSB – 2 Antônio Carlos Valadares VICE-LÍDER DO PSB (vago) LÍDER DO PRB – 2 Marcelo Crivella	LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 32 LÍDER Alvaro Dias – PSDB VICE-LÍDERES Juvêncio da Fonseca - PSDB Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL Demóstenes Torres - PFL LÍDER DO PFL – 16 José Agripino VICE-LÍDERES DO PFL Demóstenes Torres - PFL César Borges Rodolpho Tourinho Maria do Carmo Alves Romeu Tuma (vago) ⁽¹⁾ LÍDER DO PSDB – 16 Arthur Virgílio VICE-LÍDERES DO PSDB Lúcia Vânia Leonel Pavan Flexa Ribeiro Papaléo Paes João Batista Motta
LÍDER DO PDT – 4 Jefferson Peres ⁽³⁾ VICE-LÍDER DO PDT (vago)	LÍDER DO PTB – 4 Mozarildo Cavalcanti VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi LÍDER DO P-SOL – 1 Heloísa Helena	LÍDER DO GOVERNO Romero Jucá – PMDB VICE-LÍDERES DO GOVERNO (vago) Ideli Salvatti – PT (vago) (vago) Fernando Bezerra – PTB (vago)
EXPEDIENTE		
Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial		Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Ronald Cavalcante Gonçalves Diretor da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 173ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 25 DE OUTUBRO DE 2006

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Discursos do Expediente

SENADOR ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES – Críticas a Jacques Wagner, por ter declarado ao jornal **O Estado de S.Paulo** que petistas envolvidos em denúncias sobre o escândalo do dossiê “têm o direito de mentir”.....

32861

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI – Críticas ao Presidente Lula pelo descaso com que trata a Amazônia.

32868

SENADOR ALVARO DIAS – Defesa de solução que permita aos “sacoleiros” de Foz do Iguaçu saírem da informalidade.

32871

1.2.2 – Leitura de requerimentos

Nº 1.070, de 2006, de autoria do Senador Roberto Saturnino, solicitando voto de pesar pelo falecimento do jurista José Luiz Bulhões Pedreira, ocorrido ontem no Rio de Janeiro. Usa da palavra o autor.....

32875

Nº 1.071, de 2006, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, solicitando votos de congratulações ao ex-Ministro da Agricultura, Alysson Paulinelli, pela escolha do seu nome como laureado pelo *World Food Prize*, do ano de 2006.

32875

Nº 1.072, de 2006, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, solicitando votos de congratulações ao Pesquisador da Embrapa, Edson Lobo, pela escolha do seu nome como laureado pelo *World Food Prize*, do ano de 2006.

32876

Nº 1.073, de 2006, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, solicitando voto de congratulações à professora Ana Flávia Ribeiro Coura Guizalberte, pelo recebimento do Prêmio Professora Nota 10, promovido pela Fundação Victor Civita.....

32876

1.2.3 – Comunicações da Presidência

Término do prazo, ontem, sem interposição de recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 26, de 1995; 337, 346, 352, 354, 359, 360, 367 a 369, 374, 376 a 378, 381, 383, 386, 390 a 395, 397, 398, 400,

402 e 407, de 2006, aprovados terminativamente pela Comissão de Educação.

32877

Esclarecimento ao Plenário que o Projeto de Lei do Senado nº 153, de 2002, lido na sessão do dia 4 de junho de 2002, foi despachado às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; de Relações Exteriores e Defesa Nacional; e à de Assuntos Econômicos, cabendo à última a apreciação terminativa da matéria. Na sessão do dia 5 de maio de 2005, foi aprovado o Requerimento nº 327, de 2005, de audiência da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Naquela ocasião, não foi mencionado o encaminhamento da matéria à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Nesses termos, a Presidência retifica o despacho proferido na sessão do dia 5 de maio de 2005, a fim de que a matéria vá ao exame das Comissões de Agricultura e Reforma Agrária, que já proferiu seu parecer; de Constituição, Justiça e Cidadania; de Relações Exteriores e Defesa Nacional; e de Assuntos Econômicos, cabendo a esta última a decisão terminativa.

32879

Recebimento do Aviso nº 695 – 2ª Câmara, de 2006, na origem, de 17 do corrente, do Presidente do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão nº 2.986, de 2006, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, sobre concessão de aposentadoria (TC – 017.082/2003-6).

32879

Recebimento do Aviso nº 1.795 – Plenário, de 2006, na origem, de 11 do corrente, do Presidente do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão nº 1.894, de 2006, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, sobre auditoria realizada na ação “Orientação Profissional e Intermediação de mão-de-obra” do programa Integração das Políticas Públicas de Emprego, Trabalho e Renda, do Ministério do Trabalho e Emprego (TC – 012.487/2005-8).

32879

Recebimento do Aviso nº 1.809 – Plenário, de 2006, na origem, de 11 do corrente, do Presidente do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão 1.903, de 2006, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, sobre contratação de serviços de consultoria técnica especializada pela Casa da Moeda do Brasil.

32879

1.2.4 – Discurso do Expediente (continuação)

SENADOR **EDUARDO AZEREDO** – Críticas ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva por desconsiderar contribuições de governos passados. 32879

1.2.5 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR **ALMEIDA LIMA** – Registro da matéria intitulada “*O terrorismo do PT*”, publicada pela revista **Veja**, edição de 18 de outubro do corrente. 32883

SENADOR **ANTERO PAES DE BARROS** – Registro da matéria intitulada “*A Desilusão Venceu a Esperança*”, publicada pela revista **Época**, edição de 2 de outubro do corrente. 32885

SENADOR **JUVÊNCIO DA FONSECA** – Comentário sobre a matéria intitulada “*PT afirma que recebeu e distribuiu cartilhas com publicidade federal*”, publicada no jornal **Folha de S.Paulo**, edição de 13 de setembro do corrente. 32891

SENADOR **PAPALÉO PAES** – Registro do artigo intitulado “*Restou um caudilho*”, publicado pelo jornal **Folha de S.Paulo**, edição de 25 de agosto do corrente. 32892

SENADOR **FLEXA RIBEIRO** – Registro da matéria intitulada “*Ex-governador de Goiás muda versão sobre relato de mensalão a presidente*”, publicada pelo jornal **Folha de S.Paulo**, edição de 5 de setembro do corrente. 32893

SENADOR **MARCOS GUERRA** – Registro da matéria intitulada “*Ficou ainda pior*”, publicada pela revista **Veja**, edição de 18 de outubro de 2006. 32894

SENADORA **LÚCIA VÂNIA** – Comentário sobre a matéria intitulada “*Outra violação de sigilo*”, publicada pelo jornal **Correio Braziliense**, edição de 23 de setembro de 2006. 32895

SENADOR **ALVARO DIAS** – Registro da matéria intitulada “*General reclama de intimidação*”, publicada pelo jornal **Correio Braziliense**, edição de 13 de outubro do corrente. 32896

1.3 – ENCERRAMENTO

2 ATO DA COMISSÃO DIRETORA

Nº 23, de 2006. 32897

3 – PORTARIAS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 236 a 239, de 2006. 32898

4 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 2.085 a 2.098, de 2006. 32901

SENADO FEDERAL

5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL

– 52ª LEGISLATURA

6 – SECRETARIA DE COMISSÕES

7 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

8 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

9 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

10 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

11 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

12 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

CONGRESSO NACIONAL

13 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

14 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

15 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)

16 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

Ata da 173ª Sessão Não Deliberativa, em 25 de outubro de 2006

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência do Sr. Alvaro Dias e da Sra. Heloísa Helena

(Inicia-se a sessão às 14 horas)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Há oradores inscritos.

Sem prejuízo dos demais oradores inscritos, concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr.ºs e Srs. Senadores, louvo V. Ex.ª e os demais Senadores que aqui se encontram, dando continuidade aos nossos trabalhos, que deveriam ser mais intensos, embora se compreenda também o problema eleitoral de que estamos às vésperas.

Sr. Presidente, os jornais de hoje falam, insistentemente, da afirmativa do Governador eleito da Bahia, Jaques Wagner, incentivando os réus do seu Partido, que são muitos, a mentir.

Ontem tratei desse assunto, mas hoje vou até fazer um apelo ao Governador da Bahia. Sei que ele não gosta de ouvir os meus apelos, mas vai ouvir diariamente as minhas queixas e, sobretudo, as minhas colocações sobre a atuação do Governo e principalmente de S. Ex.ª. Peço ao Governador da Bahia, que ontem declarou o que os jornais falam hoje e o que já falei ontem, que não minta para os baianos. Minta nacionalmente, mas não minta na terra que o elegeu governador. Procure falar a verdade, dizer o que pensa. Não minta durante o seu governo, até porque os baianos não vão aceitar essa mentira. Ele próprio advertiu que, em sua opinião, mentir é bom, praticamente um dever do político. Não desejo que ele faça isso com a Bahia, Sr. Presidente, mas que ele seja veraz. A verdade é sempre melhor do que a mentira, mesmo quando é contra nós.

O conselho que ele deu a seus correligionários, ele que está comandando a campanha, não pode ser aceito mesmo pelo Presidente da República, que está acostumado a fazer o que ele, Jaques Wagner, pede: mentir. Ele não deve fazer isso. Deve pautar-se na verdade para evitar, a bem dele, que toda a imprensa brasileira se levante contra o que ele disse, mostrando que está afrontando o Código Penal e a Constituição do País.

Se ele quis dizer que a pessoa pode ficar calada para não se incriminar, esse é um direito que, inclu-

sive, temos visto aqui em todas as nossas CPIs. Mas ele não tem o direito de mandar que depoente minta perante o Ministério Público, os tribunais e o Congresso Nacional. Se ele mentiu, quando parlamentar, que não o faça agora, como governador. Esse é o primeiro ponto da minha breve fala de hoje.

O segundo ponto é relativo ao Conselho Nacional de Justiça. Sabe V. Ex.ª, Sr. Presidente, que nós trabalhamos intensamente para que esse Conselho fosse instalado como uma arma para o Judiciário e como um órgão, sobretudo, fiscalizador das Justiças Estaduais. Não tenho visto isso. Pode ser até que sim. Mas eu li no jornal **A Tarde** da última sexta-feira – e vou enviar o caso à Presidente do Conselho Nacional de Justiça, a eminentíssima Ministra Ellen Gracie – matéria sobre um escândalo envolvendo um desembargador baiano. Evidentemente, Sr. Presidente, o Conselho não pode ficar indiferente a esses escândalos, sobretudo quando dizem respeito às finanças.

É o problema do roubo de uma empresa da qual participa um desembargador. Não estou fazendo acusação; estou trazendo o caso que levou duas páginas de um jornal da Bahia, com um retrato do desembargador, sobre duas empresas, uma das quais a Hélios. É um caso escabroso, segundo conta o jornal. E o Conselho Nacional de Justiça, que está investigando esses problemas da Bahia, não pode ficar indiferente.

É uma colaboração que faço ao Conselho, mas é uma colaboração para mostrar também que esse Conselho está vivendo. Ele não está apagado! Ele não foi criado para ficar de braços cruzados perante a Justiça Nacional! Tenho visto alguns absurdos, inclusive decisões praticamente unâmines do Tribunal Superior Eleitoral serem mal interpretadas ou interpretadas de modo diferente pelo Supremo.

Claro que é um direito do Supremo fazer a interpretação quando há recursos para aquela Corte. Entretanto, não é um direito protelar, sem nenhuma razão, por mais de trinta, quarenta, cinqüenta dias, um assunto que deveria ter sido resolvido talvez em três ou quatro dias.

Daí por que o Tribunal Eleitoral da Bahia está sem Presidente. A decisão do eminentíssimo Ministro Sepúlveda Pertence, a quem rendo as minhas homenagens pelo seu valor, pelo seu mérito, não permite a assunção do Presidente ilegalmente eleito e cuja eleição foi tornada

sem efeito por uma medida que teve seis votos a um, do grande Relator Cesar Asfor.

Sr. Presidente, creio que fiz o meu dever, porque estava na Presidência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da qual ainda participo como Presidente, quando fiz um esforço sobre-humano para votar não só o Conselho do Ministério Público, como o Conselho de Justiça, para que eles pudessem funcionar bem, com o objetivo de melhorar o Judiciário, que tem falhas, mas que, inegavelmente, no que se refere ao Tribunal Superior Eleitoral e ao Supremo Tribunal Federal, pode merecer os justos elogios que neste instante faço.

Por isso, não entendo a demora do Supremo nesse assunto, de uma decisão quase unânime do Tribunal Superior Eleitoral, presidido pelo grande Ministro Marco Aurélio.

Sr. Presidente, entregarei a V. Ex^a o jornal respectivo e pedirei que o faça chegar oficialmente à

Assunto: matéria desembargadores

judiciário Questão entre Santander Banespa e Hélios Agropecuária
aguarda análise e decisão definitiva
Troca de acusações em ação milionária na Justiça baiana

Desembargador Juarez Santana, recém-aposentado, afirma haver atos ilegais no processo e pede apuração
deodato alcântara

dalcantara@grupoatarde.com.br

O caso começou com a cobrança de uma dívida de R\$ 20 mil, supostamente não honrada pela empresa baiana Hélios Agropecuária

Ltda., cujo título foi protestado em 1998 pelo então Banespa, hoje Santander Banespa, em uma vara cível de Salvador. Em oito anos de disputa na Justiça, indenizações, correções e majorações diversas fizeram com que 9.088 notas do Banco Central (NBC-E, título com valor comercial), hoje avaliadas em cerca de R\$ 25 milhões, fossem nomeadas pelo Santander – para obedecer à penhora da Justiça – e depositadas em conta judicial.

O processo está em grau de recursos especial e extraordinário impetrados pela Hélios, derrotada na mais recente sentença no caso, ocorrida em março. As apelações estão há quatro meses na assessoria especial da presidência do Tribunal de Justiça (TJ-BA). Se acolhidas (deferidas), levam a pendenga ao Superior Tribunal de Justiça (STJ-DF). Se não, a Hélios terá de tentar levar o caso ao STJ por meio de agravo, outro tipo de recurso. Segundo o juiz Augusto Bispo, auxiliar da presidência, não há previsão de entrar em pauta. "Há uma fila de casos. Estamos ainda com os de maio de 2005", explicou.

Presidente do Conselho Nacional de Justiça para que providências sejam tomadas, nesse caso do desembargador da Bahia, e, ao mesmo tempo, na decisão de se escolher um membro do Tribunal de Justiça da Bahia, para que o Tribunal possa funcionar. Teremos uma eleição em que não haverá o Presidente efetivo do Tribunal. A eleição é domingo, e, até lá, não será resolvido o assunto.

Desse modo, faço esse apelo – que já fiz, do ponto de vista legal, pelo meu advogado – a V. Ex^a e farei chegar às suas mãos, para que a Presidência mande para o Conselho Nacional de Justiça, esse documento, que é grave e que merece providências.

Muito obrigado a V. Ex^a.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Os bastidores do caso são marcados por intrigas, denúncias de falsificações de documentos e de outros desvios éticos na magistratura e advocacia. A troca de acusações entre advogados, juízes, empresários e desembargadores resultou em representações nos conselhos disciplinares do TJ-BA e Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-BA). Há ainda julgamentos pendentes e o TJ exige abertura de novas sindicâncias.

"Bola-de-neve" – A ação foi aberta em dezembro de 1998, quando uma Cédula Rural (ver glossário na página 5) de R\$ 20 mil, vencida em 1995 e que supostamente não havia sido paga pela Hélios Agropecuária, foi protestada pelo Banespa. Com juros, correção monetária e outras taxas, a dívida foi executada em R\$ 229,3 mil, na 4ª Vara Cível. A Hélios se defendeu com documentos que provavam a quitação da cédula, acatados pelo então juiz da vara, José Bispo Santana, em maio de 2001, quando a Hélios tinha como advogados Carlos Amado Campos e Eduardo Brandão Filho.

Três meses depois, o magistrado condenou o banco a pagar o dobro do valor, atualizado, à Hélios. Após cálculos da vencedora na questão, a conta foi apresentada em agosto de 2002, ao juiz substituto da 4ª Vara, Arnaldo Souza, já que José Santana havia sido

promovido a desembargador.

O valor tinha pulado para

R\$ 13.147.273,93. Quem apresentou a planilha foram os advogados José Anchieta da Luz – detentor de um contrato com o dono da Hélios, o italiano Vito Carrozzo, 77 anos, em que seria beneficiário de toda a renda financeira da ação – e Walter de Abreu Pires – substabelecido no caso por Luz.

O magistrado Souza acatou os valores apresentados e, em 16 de agosto de 2002, citou o banco a pagar a quantia em 24 horas ou entregar bens para penhora. O banco, sete dias depois, nomeou para penhora 9.088 notas do Banco Central, série Especial (NBC-E), representando o valor sentenciado.

Após uma semana, os advogados da Hélios pediram reforço de penhora (quando se verifica que, após a penhora, os bens não são suficientes para garantir a execução singular), decidido em 10 de outubro, pela nova juíza titular da Vara, Zenilde da Silva. No dia 17, com petição do advogado Raimundo Sérgio Cafezeiro – substabelecido no caso por Abreu Pires –, Zenilde determinou o bloqueio do reforço. O banco recorreu, mas o êxito foi da Hélios. Em 18 de dezembro, a juíza bloqueou R\$ 2,6 milhões na conta do banco e os disponibilizou para saque.

No despacho, ela constou: "Requer o levantamento da importância... oferecendo para segurança do juízo caução fidejussomia (ver glossário)". E ressaltou: "O requerente

prestou caução, não havendo assim perigo de irreversibilidade do provimento antecipado". "Defiro o requerimento... no sentido de o exequente levantar a quantia...", concluiu.

Quatro dias depois, o italiano Vito Carrozzo destituiu Pires, Cafezeiro e Luz, acusando-os de falsificar a nota promissória dada como caução. E afirmou que não foi avisado do saque. Já em 2003, representou contra os advogados no Ministério Público (MP) e na OAB-BA e processou Luz na 2^a Vara do Consumidor. Também representou contra a juíza Zenilde no TJ, que foi absolvida. O Banespa aproveitou a disputa entre os rivais e reiterou as queixas à OAB. Também levantou suspeição sobre os atos da juíza, no TJ, e entrou com ação rescisória contra a sentença.

Em maio de 2004, Carrozzo fez acordo com Luz, para que fosse dividido em 50% o benefício financeiro na disputa contra o Santander, passando o novo sócio a parte homologada no processo. Com isso, Carrozzo desistiu das representações contra os advogados e a magistrada e, em consenso com Luz, constituiu de volta Abreu Pires, Sérgio Cafezeiro e Mauro Esteves – do escritório F. Esteves e Associados. Na ocasião, o banco havia sacado as NBCs e as vendido, sob alegação de que estavam prestes a vencer. Em paralelo, o desembargador Juarez Santana, sorteado relator da ação rescisória do banco, suspendeu qualquer decisão do processo na 4^a Vara.

Os "novos" advogados da Hélios, então, entraram com mandado de segurança no TJ. Pediram que o valor das NBCs fossem devolvidos à conta em dinheiro e que fosse revertida a decisão de Juarez Santana. O mandado foi avaliado pelo desembargador João Pinheiro, atual corregedor da Justiça, que em 22 de dezembro de 2004 suspendeu "parcialmente" a decisão do colega Juarez Santana e exigiu "o imediato restabelecimento da garantia do juízo da Execução".

Seis dias depois, a juíza Zenilde, entrando em férias, expediu ofício: "Cumprindo a referida determinação, expeça-se mandado de penhora da importância correspondente ao valor dos títulos da garantia". E em 20 de janeiro, o juiz substituto na 4^a Vara, Ary Nonato, determinou: "Seja a penhora efetuada em moeda corrente, no valor de R\$ 17.312.219... à disposição deste juízo". O banco não obedeceu e a agência foi fechada por três dias. Reabriu por decisão do então presidente do TJ, Gilberto Caribé. A repenhora foi feita com novas NBCs e o mandado de segurança extinto. Em março, as Câmaras Reunidas do TJ anularam a sentença do juiz Bispo Santana e condenaram a Hélios. Vito Carrozzo foi procurado, mas preferiu aguardar julgamento dos recursos para se manifestar.

TJ-BA anulou sentença da 4ª Vara Cível

A última decisão no caso Hélios x Santander, no Tribunal, condena a agropecuária a pagar multa, custas de advogados e repor prejuízos do banco. Exige a restituição dos R\$ 2,6 milhões e que cópias dos autos e acórdão sejam entregues à OAB-BA, Ministério Público, Corregedoria e presidência do TJ. "Para as providências que se impõem". O que ainda não foi feito.

A juíza Zenilde da Silva escreveu sua versão a A TARDE. "As representações (de ambas as partes) contra mim foram julgadas e arquivadas". Sobre a autorização ao saque, o que teria motivado as queixas contra ela: "O autor prestou caução, ou seja, garantiu por meio de um título executivo (nota promissória) de um imóvel o valor que seria levantado... os documentos foram trazidos pelos advogados do autor (Hélios)... Somente por meio de adivinhação poderia eu saber da falsidade apontada".

No mês passado, pouco antes de aposentar-se, o desembargador Juarez Santana, relator da rescisória julgado em março, disse que o dinheiro não poderia ser sacado. "Poderia haver, como houve, uma reversão. Reafirmo que merece investigação", discursou. Santana, porém, votou pela absolvição à juíza Zenilde, na exceção de suspeição levantada pelo banco: "Eu ainda não havia recebido a rescisória, não conhecia detalhes do processo. Agora, certamente votaria pelo acolhimento", justificou o desembargador.

Arquivados – As representações de Vito Carrozzo e do Santander, na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-BA), contra os associados Raimundo Sérgio Cafezeiro – conselheiro –, Walter Abreu Pires e José Anchieta da Luz, foram juntados em um processo ético, arquivado no mês da agosto pelo secretário-geral do Conselho de Ética, José Carlos Pimenta. A principal acusação foi a de que teriam falsificado a nota promissória da caução, no saque dos R\$2,6 milhões. Cafezeiro e Pires negaram conhecer a nota.

"Quando eu dei entrevista, em agosto, não sabia que o processo na Ordem já estava arquivado. Só depois fui oficiado da decisão do secretário Carlos Pimenta. Não existiu a falta ética e o relator Eduardo Brandão votou pelo arquivamento". Sobre a possibilidade de reabertura, como exige o TJ, respondeu: "Se chegar o ofício à OAB, será encaminhado ao Conselho. Como já existe julgamento sobre o caso, será arquivado. É o que diz o Estatuto".

Cafezeiro era relator de um processo ético contra o advogado Flávio Esteves, no Conselho da OAB-BA, mas após a reportagem de 29 de agosto, deixou o caso. Esteves é dono do escritório em que atua o sobrinho Mauro Esteves, que trabalhou com Cafezeiro na ação da Hélios. O advogado José Anchieta da Luz foi contactado várias vezes, pelo telefone de sua casa. Marcou entrevistas duas vezes, mas não apareceu. (D.A.)

Corregedor atuou no caso

O corregedor-geral João Pinheiro contestou decisão do juiz Ary Nonato

Um dos desembargadores que votou, em março, pela anulação da sentença de primeira instância, o atual corregedor-geral da Justiça, João Pinheiro, atuou no processo na véspera do fechamento temporário, em Salvador, da única agência baiana do banco Santander. No alvará que decretou a lacre à agência, o juiz Ary Nonato de Pinho, substituindo a juíza Zenildes da Silva – em férias – fez constar que cumpria "religiosamente" a decisão de Pinheiro, ao determinar que a reconstituição da penhora – sacada pelo banco – fosse feita em moeda corrente.

"Juarez Santana suspendeu a execução como medida de acautelamento, mas não observou o vencimento das 9.088 NBCs, de série 181554. O banco as converteu em moeda e o juízo ficou sem garantia. A Hélios veio com o mandado de segurança, que deferi parcialmente. Não reformei a suspensão à execução, apenas defini a reconstituição da garantia. Complementei o que decidiu Juarez", disse.

"A exigência de moeda corrente foi por conta do senhor Ary Nonato. O banco desobedeceu e acabou ladrado. Há poucos dias foi julgado um processo contra esse juiz, que foi removido da 3ª Vara Cível, mas o que está em andamento em relação ao Banespa, não sei informar", explicou. Pinheiro disse não descartar a possibilidade de novas investigação sobre atos de advogados e juízes. "Se forem os mesmos que constam nas representações anteriores, acho que não, mas se há fatos novos, devem ser apurados pelo Tribunal e OAB", disse.

Por sua vez, o desembargador Juarez Santana disse acreditar que serão reabertas. "Acredito que os recursos não serão acolhidos e entrará o agravo, que não tem efeito suspensivo. Caberá à presidência do TJ fazer cumprir nossa decisão. Cabe às instituições, sem corporativismo, apurar", concluiu Santana.

Nonato – Assim como na reportagem anterior, o juiz Ary Nonato foi procurado por A TARDE e respondeu em conversa telefônica rápida. Alegou que estava atuando no processo eleitoral e sob sobrecarga de trabalho. Reafirmou que agiu corretamente ao emitir o alvará que fechou o banco. "Cumprindo decisões que já haviam no processo, inclusive dele, João Pinheiro", declarou. "A execução estava sem garantia, o que não pode acontecer. Eu não tenho nada com isso, nem conheço o processo. Os advogados pegaram o dinheiro e eu fico com a fama?", Questionou. Afirmou ainda que não tinha nem tem ligação extra processo com os advogados do caso. "Não dou ousadia a nenhum deles para me acusarem de nada", protestou.

Em janeiro de 2005, a 4ª Vara exigiu que o Santander depositasse cerca de R\$17 milhões em conta à disposição do juízo, o correspondente às NBCs que estavam penhoradas e foram sacadas. O oficial de Justiça e advogados foram à única agência do banco, no bairro do Comércio, com ordem, em alvará, de arrombar os cofres, se necessário.

Entenda quem atuou no processo nesses oito anos

Walter de Abreu Pires

Advogou substabelecido por José Anchieta da Luz, que já era advogado da Hélios Agropecuária. Depois foi constituído pela empresa e já foi destituído. Disse ter interesse na ação

Raimundo Sérgio Cafezeiro Advogou substabelecido por Walter Pires, depois pela Hélios, mas já foi destituído. Afirmou que não tem mais interesse na ação

José Anchieta da Luz

Advogou para a Hélios, com quem teria contrato de receber qualquer ganho financeiro da ação. É parte homologada no processo, após acordo com o empresário Vito Carrozzo, da Hélios

Juarez Alves de Santana

Desembargador, relator da ação rescisória que o banco Santander impetrou para tentar reverter a sentença de primeira instância

João Pinheiro Desembargador, corregedor-geral da Justiça, atuou em mandado de segurança na fase em que o Santander foi fechado

Thyers Novais Filho

Da defesa do banco.

Alegou questões éticas para não comentar sobre o processo

Processo e citados

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Antonio Carlos Magalhães.

A solicitação de V. Ex^a será atendida na forma do Regimento.

Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, minha principal bandeira durante este meu mandato, que continuará sendo também a do próximo mandato, que tive a honra de receber das mãos do povo roraimense, é Roraima, a Amazônia e o Brasil, nesta ordem mesmo. Primeiro a Amazônia e o meu Estado, porque é a região mais abandonada deste País.

Quero aqui, Sr^a Presidente, até para que não se diga que são palavras fabricadas por mim ou que vêm do meu sentimento de roraimense, de homem nascido lá, e não daqueles que moram em Ipanema ou na Avenida Paulista e se dizem entendidos em Amazônia, ler dois artigos da competente jornalista Miriam Leitão. O primeiro foi publicado no dia 22 de outubro, com o título “Nossa culpa”.

Diz o artigo:

O candidato Lula acusou o candidato Alckmin de ver a Amazônia de uma janela da Avenida Paulista. Pode-se dizer dele que vê a Amazônia de um pátio do ABC. [Quer dizer, o Presidente Lula vê a Amazônia de um prédio do ABC.] E antes que um leitor mais lulista me acuse de ver a floresta de uma praia do Rio, admito fazer parte do problema: o Brasil tem vivido toda a sua história de costas para a floresta.

São palavras da jornalista Miriam Leitão: de costas para a Amazônia. O Brasil realmente é litoral, do Nordeste até o Sul. Então, o que se faz, onde se investe é, predominantemente, no litoral, obviamente mais no litoral rico, do Sudeste e do Sul.

Continua a repórter:

Tanto que, nesta eleição, o tema ambiental – que mobiliza todo o mundo – passou batido. Por culpa só dos nossos candidatos? Não, por culpa de todos, inclusive minha, que sou jornalista e entrevistei os candidatos.

Patético o artigo escrito por três ministros, Marina Silva, Celso Amorim e Sergio Rezende, dizendo: “Os que se preocupam com o clima do planeta deveriam se dedicar a influenciar seus governos. Da Amazônia nós estamos cuidando”. Nós quem? No Governo Lula, só nos três primeiros anos, foram destruídos 70 mil quilômetros de florestas. A afirmação de

que o desmatamento está em queda de 32% não faz sentido por dois motivos. Primeiro, depois do pico de 29 mil quilômetros, de 1995, o Governo Fernando Henrique derrubou a taxa para 13 mil quilômetros, após isso, voltou a subir. No começo do Governo Lula, foi a 26 mil quilômetros e depois, caiu para 18,9 mil quilômetros no ano passado. O que os dados mostram é uma subida constante de patamar, com algumas quedas episódicas, que não alteram a tendência. Segundo, isso lá é número que se comemore?

Para se ter ordem de grandeza, no livro **A Ferro e Fogo**, Warren Dean informa que: a exploração predatória do pau-brasil pelos portugueses e o tráfico de madeira feito pelos ingleses, espanhóis, franceses conseguiram desmatar seis mil quilômetros de mata nos primeiros 100 anos do Brasil. O Governo Lula comemora ter destruído em um ano “apenas” 215% mais do que foi desmatado em um século de exploração predatória do extinto pau-brasil.

Estamos cuidando muito mal da Amazônia, essa é a verdade que a coalizão ministerial deveria admitir antes de brindar a chegada de Al Gore ao Brasil com esse bolorento discurso xenófobo.

O ex-futuro Presidente dos Estados Unidos, como ele se apresenta fazendo blague consigo mesmo, tem feito um excelente trabalho difundindo alertas sobre os riscos que o planeta corre, os erros do governo americano, o perigo da produção excessiva de gases do efeito estufa, principalmente pelos cidadãos do país dele. Gore faz um alerta à Humanidade e, para ela, trabalha. Não devemos apanhar seu discurso. Na entrevista ao **O Globo**, ele se encheu de cuidados para dizer que “a Amazônia é um assunto exclusivo dos brasileiros. Mas, se você me perguntar o que eu faria se fosse brasileiro, argumentaria que o valor econômico da biodiversidade da Amazônia é milhares de vezes maior do que o valor das árvores que são cortadas”. Talvez, por delicadeza, não falou das árvores que são simplesmente queimadas por grileiros.

Estamos cuidando da Amazônia da mesma forma que cuidamos da Mata Atlântica, reduzida a um resíduo de 7% que continua sendo desmatado ainda hoje.

Betty Mindlin, economista e antropóloga, que trabalhou no estudo do impacto do Pólo Noroeste, que pavimentou a estrada Cui-

bá–Porto Velho, viu de perto a destruição de parte da floresta. Ela lembra que a área mais protegida da Amazônia é a entregue aos poucos milhares de índios remanescentes:

– Só 3% da terra indígena estão desmatados. Quando é que o Brasil vai perceber que a mata em pé é dinheiro? – diz ela.

– Assisti ao filme de Al Gore, em São Paulo, ao lado do Secretário do Meio Ambiente do Estado, José Goldemberg. Ele diz que o programa do PSDB – sobre o qual Geraldo Alckmin nem falou – defende o fim de qualquer desmatamento na Amazônia.

– Nós temos 600 milhões de hectares desmatados, e isso é o suficiente para qualquer exploração econômica que se queira fazer na região. É preciso investir em cadeias produtivas que explorem a biodiversidade, o que daria muito dinheiro – afirmou o professor.

Para interromper qualquer derrubada, como propõe Goldemberg, ou para autorizar a exploração da floresta em regime de concessão, como propôs o Governo Lula, é preciso uma fiscalização rigorosa. Não basta ter leis; elas têm que ser respeitadas. Portanto, os dois Partidos – com experiência de governar o Brasil – terão que fazer mais do que fizeram até agora para proteger a Amazônia. Ela é nossa, mas não a temos merecido.

Senadora Heloísa Helena, que conhece a Amazônia, o título desse artigo é “Nossa culpa”. Quer dizer, a grande imprensa deveria realmente pensar que tem muita culpa nessa história. Até nesse artigo o grande enfoque só foi na mata, na árvore, na floresta. Não se falou aqui de outra coisa, não se falou dos seres humanos que estão lá, não se falou das atividades possíveis de existirem lá. Falou-se apenas da mata. Quer dizer, não existem 25 milhões de habitantes na Amazônia, que é uma população superior à da Venezuela. Não há um projeto para a Amazônia; realmente não há.

Interessante que vem, em seguida, um artigo, na mesma coluna de Miriam Leitão, mas aí já assinado pela jornalista Débora Thomé, cujo título é “Privatizar a floresta?”

No Senado, V. Ex^a e eu nos debatemos muito sobre esse projeto que passou a galope na Câmara, onde não houve nenhuma modificação. Esse projeto tinha nome bonito: Projeto de Gestão das Florestas. Agora, que gestão? Chegou ao Senado, fui Relator na CCJ, mostrei ali uma série de inconstitucionalidades, mostrei uma série de inconveniências, apresentei emendas que foram, inclusive, acolhidas pelo Senador Agripino, Relator do vencido, ele veio para o Plenário, onde houve

13 votos contrários ao projeto, mas, infelizmente, houve um acordo entre PT, PMDB e parte do PSDB pelo qual se entendeu que era melhor fazer isso.

Quero também ler esse artigo para que fique claro como o tema Amazônia tem realmente de dominar mais a mente dos brasileiros, para que não pense o cidadão que vive no Sul ou no Sudeste que ele não tem nada a ver com a Amazônia. Ele tem de pensar que ele também tem a ver com a Amazônia, que é uma parte importante do Brasil, porque não é nenhuma paranóia afirmar que há muito tempo existem planos muito habilmente preparados para, efetivamente, de alguma maneira, internacionalizar a Amazônia. Isso já foi dito por vários estadistas do mundo.

Passo a ler artigo publicado na coluna da jornalista Miriam Leitão, assinado pela jornalista Débora Thomé:

Se todos os usuários de telefone celular que conseguiram acesso ao produto por causa da privatização votassem contra Lula, ele perderia a eleição. O debate da privatização foi o mais bobo da temporada eleitoral, até porque o próprio Governo Lula lançou mão da modalidade de transferência de patrimônio em regime de concessão para o setor privado e de um bem considerado sagrado no Brasil: a Floresta Amazônica.

A Amazônia, sim! Os políticos são tão desmemoriados que nem a Oposição, encravada, usou o recurso de mostrar a contradição do Governo.

Não me incluo entre esses políticos, porque alertei para o problema inúmeras vezes, desta tribuna e em reuniões de Comissões. Opus-me a esse projeto, apresentei emendas, votei contra, como V. Ex^a e mais outros 11. Então, não posso ser enquadrado nessa generalização.

Continuo a leitura:

Nos últimos anos, o Governo Lula mandou ao Congresso, aprovou e sancionou um projeto que permite a exploração das terras da floresta em regime de concessão. Tudo se faz como na telefonia, em que o que as empresas têm não é a propriedade eterna, mas a concessão. O concessionário da floresta poderá explorá-la por 30 anos, renováveis por mais 30 anos. Fica sendo o dono temporário da terra pública e pode derrubar as árvores públicas e vendê-las para seu lucro privado dentro de um plano de manejo que pretende evitar a derrubada predatória.

A Ministra Marina Silva é convincente quando explica que essa é a forma de orde-

nar a exploração que hoje é desordenada. Aqui nesta coluna, por diversas vezes, escrevi sobre os argumentos com os quais ela defendia a sua proposta da oposição ferrenha do P-SOL, de Heloísa Helena, e dos quadros da esquerda.

Quer dizer, há o registro de que V. Ex^a, Senadora Heloísa Helena, realmente tinha uma posição firme a esse projeto, assim como eu e outros Srs. Senadores.

O apoio do PSDB a Ministra conseguiu fazendo um eficiente trabalho de convencimento e articulação. Apesar de votar a favor, o PSDB apresentou outra proposta no Programa de Governo do candidato Geraldo Alckmin: quer suspender toda e qualquer derrubada de árvores na Amazônia, sob o argumento de que o território já desmatado na floresta chega a quase três Estados de São Paulo, o suficiente para qualquer projeto que se queira executar lá.

A proposta de Alckmin pode ser impossível. Se não fosse difícil, já teria sido executada. Foi esse o argumento que levou o Ministério do Meio Ambiente a apresentar uma proposta de distribuir parte da floresta à iniciativa privada em regime de concessão. O argumento é que essa era a forma de o Governo ordenar o que estava sendo feito de forma predatória por grileiros e madeireiros. Mas o pragmatismo da proposta do Ministério do Meio Ambiente é totalmente contraditório, como a afirmação ideológica que a campanha do Governo Lula está apresentando por oportunismo eleitoral.

É contra a privatização e, na prática, o que fez com a Amazônia foi permitir a privatização. Inclusive, a regulamentação da privatização da Amazônia já está em processo adiantado. Já existe até um conglomerado de empresas internacionais interessado em arrecadar essas áreas da Amazônia para explorá-las legalmente, porque o Governo brasileiro e o Congresso Nacional aprovaram uma lei que permite privatizar a nossas florestas. O Lula, então, não pode falar de privatização.

A exploração da floresta prevista na Lei de Concessões tem tudo o que foi desenvolvido nos processos de privatização do setor público: tem plano de outorgas, como na telefonia, licitação pelo maior preço. Quem pagar mais poderá explorar os bens florestais daquela área, desde que obedecido o plano de manejo anualmente aprovado. Para controlar isso, foi

criada uma agência independente: o Serviço Florestal, que será financiado por taxas pagas pelos concessionários. Ou seja, tudo igualzinho; até agência independente. Pode-se dizer que não há transferência de patrimônio, mas, sim, uma outorga temporária. Ora, em todos os serviços públicos, a concessão é temporária, porem renovável, como na proposta do PT.

No debate nos últimos anos no Congresso, desde que o PL foi enviado pelo Governo, em 2003, houve vários momentos curiosos. Na discussão este ano no Senado, o Governo ficou contra uma proposta do Senador José Agripino Maia que exigia algo super-razoável: que o plano de outorgas anual passasse pelo Senado para ser aprovado.

Nesta Casa, Sr^a Presidente, Senadora Heloísa Helena, a emenda foi de minha autoria, e o Senador José Agripino a acolheu. Realmente, o mínimo que poderíamos fazer para que houvesse transparência era que o Senado analisasse qualquer concessão, como analisa as concessões de rádio e televisão. Por que não analisar a concessão das terras da Amazônia?

Nos debates no dia da votação, houve ambientalista torcendo por ele com a convicção de que é a única saída para salvar a floresta; houve ONG estrangeira apoiando a Ministra Marina Silva; houve ONG contra, achando que é o começo do fim da floresta. Houve ambientalista que foi para a votação com placa, dizendo “Não, à privatização da floresta”. O Senador Mozarildo Cavalcanti, do PTB, da bancada ruralista, protestou: “Vão alugar nossas florestas para conglomerados internacionais”.

Quero informar à ilustre jornalista que nunca fui da bancada ruralista. Se tivesse sido, não seria demérito para mim. Eu poderia ser de qualquer bancada, como da saúde, que sou; poderia ser de outra bancada, da Amazônia, que tento organizar no Senado e não consigo. Mas não sou da bancada ruralista, não condono ninguém que o seja, mas não aceito ser rotulado de algo não sou.

O Senador Pedro Simon declarou o seu amor à Ministra, mas ficou contra: “Sou apaixonado pela Marina, é uma das pessoas mais puras que conheci, mas o projeto é uma monstruosidade, e recria as capitania hereditárias”. O Senador tucano Arthur Virgílio apoiou o Governo: “Eu prefiro alguma regulação a nenhuma”.

No fim, o projeto foi aprovado, voltou à Câmara, foi novamente aprovado, e foi sancionado. [É preciso dizer que foi aprovado,

derrubando as modificações que o Senado havia feito. Portanto, voltou para a sanção do Presidente tal qual o Governo queria, tal qual a Ministra queria.] Agora, está em fase de regulamentação. As ONGs, de novo, divididas. O tema é controverso, e tive oportunidade de conversar com a Ministra Marina Silva sobre o assunto. Ela me explicou vários pontos nebulosos. Se a fiscalização não for bem feita, pode ser um desastre; se der certo, pode ser uma forma de ordenar o caos que está destruindo a floresta. Mas, seja como for, a proposta aprovada é a de usar um instrumento de mercado, através da licitação em regime de concessão de propriedade pública, o que, no idioma do PT, sempre se chamou privatização.

Pode ser a salvação da floresta, como a privatização da telefonia permitiu a expansão de um serviço que estava no meio de um salto tecnológico que o Estado não tinha condição de acompanhar. Mas o PT está diante de uma enorme contradição quando faz um ataque ideológico velho a um mecanismo ao qual ele mesmo está aderindo, e num patrimônio muito mais delicado [que é a Floresta Amazônica].

Trouxe esses dois artigos, Senadora Heloísa Helena, Sr^{as} e Srs. Senadores, justamente porque a grande imprensa nacional, localizada no eixo Rio-São Paulo, verdadeiramente sequer se desloca para a Amazônia para ver a realidade em que vivemos. Sempre fala da Amazônia por intermédio de um correspondente ou de instituições organizadas ou ditas organizadas, que passam as informações mais absurdas.

Entre os erros da jornalista está o de dizer, por exemplo, que os índios conservam a floresta. Isso não é verdade. A prática dos índios é derrubar floresta, queimar e plantar roça, só que numa proporção pequena, por fazê-lo manualmente. Mas precisamos dizer a realidade. Não tenho nada contra os índios, até porque essa é a forma de eles sobreviverem. Eles fazem isto mesmo: derrubam a floresta, queimam-na, plantam sua comida e depois vão para outras áreas, e assim sucessivamente. É por isso que eles mudam de lugar constantemente.

Um outro equívoco é continuar falando de uma região sem ouvir as universidades de lá, sem se preocupar em aprofundar-se efetivamente sobre os problemas regionais.

Eu confesso aqui, como homem que vai votar no Presidente Alckmin, minha surpresa pelo fato de que, no programa dele, conste essa aberração, cujo plano é salvar a Amazônia pela não-derrubada de nenhuma árvore mais.

Uma árvore é um ser vivo que nasce, cresce, produz e morre. Temos é que tirar, no momento certo e de maneira adequada, proveito dela. Então, é o que se chama, no linguajar da Esquerda, de manejo sustentável. Temos que saber como plantar, como replantar, mas não essa pregação rígida de que não se derruba nenhuma árvore mais na Amazônia. Só quem nunca andou na Amazônia pode imaginar um plano desses.

Já no domingo vamos saber quem vai ser Presidente da República. Quanto ao Lula, eu já sei como ele vai agir. Ele passou quatro anos na Presidência e não ligou para a Amazônia. A única ação dele na Amazônia foi criar reservas ecológicas, reservas indígenas, impedir tudo. No programa que lançou quando candidato, ele dizia: “Nós temos que deixar de dizer o que não se pode fazer na Amazônia e passar a dizer o que se pode fazer pelo bem da Amazônia”.

Então, já sei que não espero nada para a Amazônia se o Lula for eleito, porque ele realmente tem uma visão míope do que é aquela região e não ouve quem dela entende. Quem nasceu lá, quem viveu lá a vida toda, para ele, não tem o peso, por exemplo, de uma ONG que o pressiona e o faz ceder.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Mozarildo Cavalcanti, o Sr. Alvaro Dias, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Heloísa Helena.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Mozarildo e compartilho com todas as preocupações expostas nos artigos lidos.

Concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias pelo tempo que entender necessário para o seu pronunciamento.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senadora Heloísa Helena, Presidente desta sessão, Senador Mozarildo Cavalcanti, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, neste final de semana estive em Ciudad del Este, no Paraguai, a convite de empresários brasileiros e paraguaios que procuram encontrar solução para um impasse que perdura há tanto tempo na tríplice fronteira.

Esses empresários querem salvar o emprego de cerca de 500 mil brasileiros, que são denominados, de certa forma preconceituosamente, de sacoleiros. Estão todos eles ameaçados mais uma vez.

O Governo tem anunciado maior rigor na fiscalização da comercialização, sobretudo de produtos importados, e não oferece nenhuma alternativa que signifique solução para a sobrevivência de milhares

de famílias brasileiras. Trata-se de defender o emprego, trata-se de possibilitar o exercício da cidadania na sua plenitude a milhares de pessoas.

Sempre ficamos na iminência de uma tragédia social na fronteira do Brasil com o Paraguai. Já houve batalhas campais em função do descaso de governos que abandonam milhares de pessoas. Aliás, é gritante o contraste existente na belíssima cidade de Foz do Iguaçu. Repito sempre que há um contraste entre as belezas naturais fantásticas e que empolgam o mundo e a pobreza, a miséria, o desemprego, a violência e o infortúnio que assaltam lares de famílias excluídas do progresso econômico do nosso País.

Esses empresários querem colaborar com o Governo sugerindo uma solução. Vamos repetir: trata-se de 500 mil cidadãos que exercem a profissão de microimportadores, chamados sacoleiros, que importam produtos de alta tecnologia. Essa atividade é fonte de emprego indireto para mais de um milhão de cidadãos em todos o Brasil, na região, mas também em São Paulo, em Curitiba e em muitas outras cidades, que formam parte dessa rede de varejo de revenda ou de pequenas e médias empresas de montagem de produtos de informática. Portanto, a abrangência total é da ordem 1,5 milhão de cidadãos, mais famílias – se multiplicarmos por quatro –, são seis milhões de brasileiros cuja renda depende direta ou indiretamente da atividade de microimportação do Paraguai.

Participamos de uma reunião com a Câmara de Comércio de Tecnologia da Informação, cujo Presidente é o brasileiro Elio Haguiuda, que sugere uma solução. Propõe que esses microcomerciantes convertam-se ao Simples e, realizando uma declaração simplificada de importação, com uma tarifa de importação especial, de pagamento único e definitivo, incluindo todos os impostos federais e estaduais, diminuindo a taxa e incrementando as arrecadações formais, poderiam ingressar no sistema econômico formal. Portanto, sairiam da informalidade, em que são considerados cidadãos de segunda classe, e passariam à condição de cidadão de primeira classe, pagando impostos e trabalhando de forma legal na importação de produtos do país vizinho, adaptando-se os regimes fiscais que já existem na legislação brasileira.

Esse regime de tributação único para microimportação da fronteira está em processo de negociação entre Assunção e Brasília, entre o Governo do Paraguai e o Governo do Brasil.

Tive oportunidade de me reunir com o intendente de Ciudad de Leste, Zacarias, e por telefone conversamos com o Presidente do Paraguai, o Sr. Nicanor Duarte.

O Paraguai demonstra interesse em que essa solução seja acolhida pelas autoridades brasileiras. Por

isso, negocia com o Governo brasileiro esse entendimento que trazemos ao Senado Federal, exatamente para que o Congresso Nacional possa apoiá-lo. Trata-se de uma medida criativa e inteligente que permitirá a formalização desse trabalho, certamente com a possibilidade de sobrevivência de milhares de trabalhadores na fronteira do Brasil com o Paraguai.

O que se deseja, portanto, para evitar o desemprego e a fome de milhares de pessoas e o crescimento avassalador da violência que atormenta a todos, é uma sábia intervenção, em Brasília, a favor desses microimportadores, apoiando essas negociações. É o que pleiteamos às Sras e aos Srs. Senadores, exatamente quando o Congresso Nacional discute a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas. Deseja-se o regime único para evitar o caos social que essa situação pode significar, o desemprego, especialmente no Paraná, e o incremento da criminalidade, em especial no oeste do Estado.

Aproveito esta oportunidade em que faço este apelo para que se ofereçam alternativas viáveis de solução.

Eu aproveito para dizer que Foz do Iguaçu tem que merecer uma atenção diferenciada do Governo Federal. Lá se constituiu um patrimônio da humanidade que é o Parque Nacional do Iguaçu, de um lado; do outro lado, a grande hidrelétrica, a maior do mundo, a Binacional Itaipu, alagando áreas agricultáveis importantes. Portanto, o Parque Nacional do Iguaçu, que tem que ser preservado com muito amor, uma manifestação permanente de respeito à vida, e a Binacional Itaipu comprometem o desenvolvimento econômico da região na medida em que ocupam um espaço agricultável da maior importância. Além disso, comprometem o parque industrial, já que o desenvolvimento industrial não pode, de forma alguma, prejudicar a preservação das riquezas naturais de lá.

A consequência é o desemprego, a violência, a ausência de oportunidades de vida digna. Daí a responsabilidade do Governo de adotar políticas compensatórias, regularizando essa situação como primeira medida de urgência diante do fato novo que é a nova aduana, que impõe rigor maior na fiscalização e que joga para fora do mercado de trabalho milhares de trabalhadores. Portanto, esta é uma providência que exige agilidade do Governo, urgência. E nós estamos cobrando eficiência neste momento.

Aliás, é bom dizer aqui: o Presidente Lula foi a Foz do Iguaçu em mais de uma oportunidade nesta campanha eleitoral e fez promessas. Fez promessas ao Prefeito Paulo MacDonald, fez promessas aos prefeitos da região, buscou votos e obteve votos. Agora é hora de cumprir as promessas. O Presidente da Re-

pública há de cumprir essas promessas. Não importa se será reeleito ou não. O que importa é que assumiu compromissos que não podem ser ignorados por ele e seu Governo. E será sempre do nosso dever cobrá-lo. Jamais me esquecerei das promessas do Presidente da República em Foz do Iguaçu.

O Presidente da República se acostumou a prometer irresponsavelmente na certeza de que não cumprirá os compromissos assumidos. Mas estaremos aqui, durante o tempo que for necessário, para lembrá-lo das promessas feitas em Foz do Iguaçu em troca de fotos. Votos que acabou obtendo.

Foz do Iguaçu – é bom que o Presidente da República saiba – deve merecer um tratamento diferenciado, como algumas regiões do País já mereceram em outras épocas, exatamente em razão de um exemplo ainda da época do autoritarismo, quando o Ministro Ernani Galveas, através de decreto-lei, criou um fundo de recuperação econômica do Estado do Espírito Santo que proporcionou um salto de desenvolvimento para aquele Estado. É exatamente o que pretendemos agora para Foz do Iguaçu.

Há um projeto tramitando nesta Casa que propõe a criação do fundo de recuperação econômica de Foz do Iguaçu, como contrapartida a tudo o que aquela região do Paraná ofereceu ao País e ao mundo. Certamente, esse fundo de recuperação econômica não significará ônus para a União. Ao contrário, esse fundo será constituído com recursos do Município, do Estado e também da União, recursos tradicionalmente consignados no Orçamento, e constará também de recursos oriundos do Imposto de Renda a ser pago por pessoas jurídicas no Estado do Paraná. As empresas paranaenses teriam a possibilidade de optar por transferir 5% do total do imposto a ser pago à Receita Federal ao fundo de recuperação econômica de Foz do Iguaçu. Isso se daria durante quinze anos. Certamente, essa providência inovadora transformaria a face de uma região da maior importância para o nosso País. Afinal Foz do Iguaçu, com as cataratas, com as belezas naturais, com o Parque Nacional, com a Usina de Itaipu, é um cartão postal do Brasil. Entretanto, esse Município não tem sido vista dessa forma.

O Governo não tem tido olhos inteligentes para ver as potencialidades lá existentes, nem mesmo adota qualquer providência relativamente à segurança na área de fronteira. Combate sacoleiros, mas não combate contrabandistas de armas, traficantes de drogas. Ao contrário, o Governo tem sido complacente, cúmplice do crime organizado na fronteira do Brasil; mas é poderoso, é forte demais diante dos fracos trabalhadores denominados – pejorativamente, quem sabe, por alguns – sacoleiros, que imaginamos poder

transformá-los em trabalhadores na formalidade, com o cumprimento das exigências legais, transformados, quem sabe, em microempresários do comércio, para que, pagando impostos, possam trabalhar com decência e com dignidade.

Repto, esse fundo de recuperação econômica de Foz do Iguaçu é uma política de compensação diante das perdas sofridas pela região que, certamente, resultaria em benefícios para o País.

Dizia que o Governo Federal não tem tido a competência para adotar uma política de desenvolvimento do turismo naquela região. Sabemos que o mundo – especialmente as pessoas que vivem na Europa – tem grande interesse pelo turismo ecológico.

Desperdiçamos potencialidades extraordinárias, porque aquela região da tríplice fronteira, região de Foz de Iguaçu, onde está o Parque Nacional do Iguaçu, é, sem dúvida, um paraíso ecológico que tem que ser conhecido, tem que ser visitado, encanta as pessoas que lá chegam. É lamentável constatar que apenas um milhão de pessoas por ano visitam aquela localidade. Isso é muito pouco. Eu sei que tem gente que fica impressionada com o fato de um milhão de pessoas visitarem aquela região. Mas, se nós compararmos esse número com o de cidades turísticas do mundo, chegaremos à conclusão de que isso é quase nada diante do que seria possível fazer se adotássemos uma política do desenvolvimento do turismo naquela região, especialmente se explorássemos as potencialidades regionais para o turismo ecológico.

Outra proposta que tenho defendido para a modernização daquela região é a criação de uma universidade federal com características próprias, já que Foz do Iguaçu é de fato, pela sua localização geográfica, uma espécie de capital do Mercosul. Essa seria a universidade da tríplice fronteira, seria a universidade do Mercosul e faria certamente a diferença em matéria de modernização e desenvolvimento regional.

Essas são algumas propostas, Sr^a Presidente, que estamos defendendo e continuaremos a defender, dizendo ao Presidente Lula que ele é criativo no ato de prometer, mas tem sido incapaz no ato de realizar, especialmente naquela região e no meu Estado, o Paraná.

Nós temos esperanças de que o Brasil mude. Se as nossas esperanças se concretizassem no dia 29 de outubro, Senador Eduardo Azeredo, certamente nós poderíamos sonhar com mudanças efetivas, com reformas essenciais, desatrelando o nosso País das estruturas superadas, arcaicas, que impedem o nosso desenvolvimento.

Eu não vejo como um Presidente desgastado, com o mandato contaminado pela corrupção, possa

liderar um processo de reformas essenciais para o desenvolvimento econômico e social do nosso País, país que desperdiçou oportunidades preciosas nos últimos anos, país que se conformou com muito pouco. Não se constrói uma grande nação com o conformismo, uma grande nação é construída na indignação das pessoas inteligentes, na permanente insatisfação em relação àquilo que se alcança pragmaticamente.

O Brasil está dividido em duas grandes facções: a facção dos indignados e a facção dos indiferentes, independentemente da região onde vivem – Norte, Nordeste, Sul ou Sudeste. Em todas as regiões, Senadora Heloísa Helena, nós nos defrontamos com os indignados que possuem disposição para a construção de um mundo diferente, mas a contrapartida é a existência de uma enorme facção dos complacentes, dos indiferentes, dos anestesiados, daqueles que não reagem diante de tantos escândalos, de tanta corrupção e de tanta incompetência dos que governam o País. É com os inconformados que nós queremos caminhar, sustentando as nossas esperanças de que um dia esse País mude. Preferimos que mude rápido, temos pressa, estamos atrasados, não há mais por que esperar tanto tempo. Se for possível mudar rapidamente, que mudemos com o voto no próximo domingo, dia 29. Ainda há tempo.

Eu creio que os institutos de pesquisas são honestos. Os grandes institutos de pesquisa do Brasil têm história, tradição, conceito, mas estão sendo driblados pelos eleitores brasileiros.

Tenho informação de que cerca de 40% dos entrevistados pelos institutos de pesquisa se recusam a confessar o voto. Não demonstram interesse em revelar a posição nem mesmo para Governador nos Estados em que há essa disputa em segundo turno e muito menos para Presidente da República.

É por essa razão que os institutos erraram tanto no primeiro turno, certamente errarão novamente.

Eu estou fazendo esta apreciação em defesa dos institutos de pesquisa do Brasil. Além desse drible de não confessar o voto, estamos constatando também uma espécie de volubilidade do eleitor brasileiro. Talvez esse cenário contraditório que confronta indignados com anestesiados faça com que o eleitor mude muito facilmente de candidato. Está havendo constante migração de votos de um lado para o outro e vice-versa. Isso também dificulta a tarefa dos institutos de pesquisa. Não é por isso, mas projeto de minha autoria, que tramita nesta Casa, estabelece que as pesquisas só podem ser divulgadas até 15 dias antes do pleito. A partir de 15 dias antes do pleito nós não deveríamos permitir a divulgação de pesquisa, até para preservar o bom conceito dos institutos de pesquisa do nosso País.

Enfim, no próximo domingo teremos o julgamento popular que gostaríamos fosse implacável. Democraticamente respeitaremos a decisão soberana da população. Se o julgamento não for implacável, certamente teremos momentos difíceis, como turbulência política, aprofundamento da crise, pois as CPIs não esgotaram os escândalos, o complexo esquema de corrupção idealizado no governo Lula persiste.

Apareceu com visibilidade, com transparência, durante a campanha eleitoral, em um quarto de hotel em São Paulo, onde líderes do PT, amigos do Presidente da República, negociavam a aquisição de um dossiê forjado para comprometer eleitoralmente candidaturas importantes da Oposição em São Paulo e no resto do País. Enfim, continuarão as investigações, haverá julgamento político no Congresso Nacional, no Senado e na Câmara Federal, julgamento dos chamados “mensaleiros” e dos chamados “sanguessugas” que ainda não foram julgados, além do julgamento do Poder Judiciário, que aguarda, por meio do Supremo Tribunal Federal, o encerramento do processo eleitoral para iniciar os procedimentos necessários para o julgamento judicial. Portanto, tempo de turbulência política certamente viveremos, e, se não tivermos um Presidente com autoridade política e moral para a condução desse processo, as dificuldades serão maiores.

Antes do dia 29, antes do dia fatal, é bom refletir sobre todas essas questões. É bom refletir sobre o que estão fazendo com os sonhos e com as esperanças do povo brasileiro. É bom refletir sobre o que estão fazendo com o nosso País. Por que o Brasil cresce tão pouco? Por que o Brasil desperdiça tantas oportunidades? Se o mundo cresce tanto, por que o Brasil não cresce? Certamente porque há corrupção, de um lado, e incompetência administrativa do outro, e as estruturas superadas se somam para conter o processo de desenvolvimento econômico de um país com talentos humanos extraordinários, trabalhadores disciplinados, riquezas naturais incomuns. O povo tem uma generosidade ímpar e, apesar de tudo, acredita, aceita, produz. Enfim, precisamos mudar este País. É claro que não basta mudar quem governa; muito mais do que pessoas, precisamos mudar esse modelo. Mas a mudança do modelo passa pela mudança das pessoas, e a mudança das pessoas está entregue aos eleitores brasileiros no próximo dia 29, próximo domingo.

Que Deus nos inspire para que possamos adotar a decisão mais acertada pensando no futuro do nosso País!

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-Sol – AL) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Alvaro Dias.

Antes de conceder a palavra ao Senador Roberto Saturnino, vou ler o requerimento apresentado por S. Ex^a, para que possa fazer o encaminhamento.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte requerimento:

REQUERIMENTO Nº 1.070, DE 2006

Requeremos, nos termos dos arts. 218 e 221 do Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, as seguintes homenagens pelo falecimento do Jurista José Luiz Bullhões Pedreira, ocorrido ontem, 24-10 no Rio.

- a) inserção em ata de voto de profundo pesar;
- b) apresentação de condolências à família

Sala das Sessões, de 25 de outubro de 2006.

– Senador **Roberto Saturnino**.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-Sol – AL) – Concedo a palavra a V. Ex^a, Senador Roberto Saturnino, para encaminhar o requerimento apresentado.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ).

Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.)
– Sr^a Presidente, o Brasil perdeu – o Rio de Janeiro em especial – um dos maiores juristas, uma das figuras maiores dos meios jurídicos do País. E, mais do que isto, eu diria, o maior de todos os juristas ligados ao processo econômico, à atividade econômica, à regulação da atividade econômica no Brasil. Trata-se de José Luiz Bullhões Pedreira.

Tive oportunidade de conhecê-lo no BNDES, nos primórdios, na formação, nos primeiros anos do BNDES, no qual ele era o Consultor na área jurídica, praticamente para todos os fins. Para dirimir todas as dúvidas, o BNDES tinha seus advogados, o seu Departamento Jurídico sempre muito competente, porque era formado de advogados concursados, em concursos muito exigentes. Mas sempre surgiam dúvidas sobre a interpretação de uma legislação tal e qual, e José Luiz Bullhões Pedreira era sempre chamado para dirimi-las.

Depois, durante um período grande, que vai dos anos sessenta até os anos oitenta, ele foi praticamente o Consultor Jurídico de todos os Ministros da Fazenda do País. Ele é chamado o Pai da Lei das S/A, o Pai da Lei das Sociedades Anônimas, porque, juntamente com o Alfredo Lamy, que era outro advogado também brilhante, compuseram e propuseram ao Congresso Nacional a formulação da Lei das Sociedades Anônimas, que deu enorme impulso ao mercado de capitais no Brasil. A assinatura dele está nesse documento, comprovando a sua competência.

É um homem absolutamente honrado, um homem de respeitabilidade reconhecida por unanimidade. Ele

também foi o formulador de todo o novo Sistema Financeiro Brasileiro a partir do Banco Central. Também foi o Consultor Jurídico que elaborou toda a legislação do Banco Central, criado nos anos sessenta. Não existia Banco Central no Brasil. O Sistema Financeiro de Habitação, o mercado de capitais, a Comissão de Valores Mobiliários, toda essa legislação foi fruto do trabalho desse grande jurista que foi José Luiz Bullhões Pedreira.

Então, Sr^a Presidente, eu acho que é muito justo que o Senado homenageie a memória de José Luiz Bullhões Pedreira, por todos esses méritos que ele teve, pela fecundidade do seu trabalho e pela enorme obra jurídica que produziu no Brasil, balizando toda a área econômica, sob o ponto de vista legislativo.

Assim, Sr^a Presidente, apresento este requerimento e peço o voto dos Srs. Senadores porque se trata de uma homenagem justíssima. Foi uma grande perda para o Brasil e, em especial, para o Rio de Janeiro o falecimento de José Luiz Bullhões Pedreira.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Todos os Senadores da Casa se incorporam e aprovam o requerimento de V. Ex^a.

A Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado e as condolências à família.

O requerimento lido vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 1.071, DE 2006

O Senador que este subscreve, com base no Art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, requer seja oficiado, ao ex-Ministro da Agricultura e Deputado Federal Constituinte, Engenheiro Agrônomo Alysson Paulinelli, votos de congratulações pela escolha do seu nome como laureado pelo World Food Prize, do ano de 2006, instituição que premia as personalidades e fatos significantes em trabalhos relativas à produção de alimentos, no caso o desenvolvimento do cerrado brasileiro como uma das grandes conquistas das ciências agrícolas no século XX.

Justificação

Mineiro de Lavras, Deputado Federal Constituinte, Secretário de Agricultura de Minas Gerais por duas vezes e Ministro da Agricultura, o Engenheiro Agrônomo Alysson Paulinelli, nas várias funções públicas que exerceu, dedicou o seu trabalho com o objetivo de garantir a produção de alimentos em proporção maior do que o crescimento populacional, mediante técnicas de produtividade agrícola, em particular, o equilíbrio químico de solos de menor grandeza produtiva, como é o “Cerrado Brasileiro”, uma vasta área que abrange

quase um terço do território nacional, começando nas regiões Norte e Nordeste, ocupando a maior parte da região Centro Oeste e chegando à região Sudeste, quase como uma espinha dorsal para o desenvolvimento da agricultura nacional.

Hoje, além da produção de alimentos básicos como milho, soja, feijão, cana de açúcar, arroz e outros, e de servir para a produção de carne, leite e derivados de alta tecnificação, o cerrado é usado para o cultivo de produtos de maior sofisticação como frutas, café, madeiras para produção de energia renovável e outros.

Dentro das inúmeras ações efetivas de Paulinelli na promoção da pesquisa, da busca de investimentos e na criação de políticas públicas, sobressaem o Programa Polocentro encarregado de financiar e desenvolver a produção agropecuária e as comunidades rurais em 3 milhões de hectares na região do Cerrado, objetivo ultrapassado em três anos de funcionamento e também os projetos de Entre Ribeiros e Jaíba que foram viabilizados com apoio de entidades e investimentos japoneses.

Assim peço o apoio e o acolhimento da proposta pelos nobres pares.

Sala das Sessões, 25 de outubro de 2006. – **Eduardo Azeredo.**

REQUERIMENTO Nº 1.072, DE 2006

O Senador que este subscreve, com base no Art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, requer seja oficiado, ao Pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), Engenheiro Agrônomo com mestrado em Agronomia, Edson Lobato, votos de congratulações pela escolha do seu nome como laureado pelo World Food Prize, do ano de 2006, instituição que premia as personalidades e fatos significantes em trabalhos relativas à produção de alimentos, no caso o desenvolvimento do cerrado brasileiro como uma das grandes conquistas das ciências agrícolas no século XX.

Justificação

O Pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), Engenheiro Agrônomo e M.S. Edson Lobato, nas várias funções públicas que exerceu, destacou-se na pesquisa de técnicas de produtividade agrícola com o objetivo de garantir a produção de alimentos em proporção maior do que o crescimento populacional, em particular, o equilíbrio químico de solos de menor grandeza produtiva, pela introdução de fosfato e cal para a fertilidade do “Cerrado Brasileiro”, uma vasta área que abrange quase um terço do território nacional, começando nas regiões

Norte e Nordeste, ocupando a maior parte da região Centro Oeste e chegando à região do Sudeste brasileiro, quase como uma espinha dorsal para o desenvolvimento da agricultura nacional.

Na Embrapa, Lobato coordenou vários programas relativos à fertilidade dos solos e em especial o Centro de Pesquisas para o Cerrado. Ampliou-se assim em larga escala a fronteira agrícola brasileira pela incorporação a ela desta vasta área do nosso território. Hoje, além da produção de alimentos básicos como milho, soja, feijão, cana de açúcar, arroz e outros, e de servir para a produção de carne, leite e derivados de alta tecnificação, o cerrado é usado para o cultivo de produtos de maior sofisticação como frutas, café, madeiras para produção de energia renovável e outros.

Assim peço o apoio e o acolhimento da proposta pelos nobres pares.

Sala das Sessões, 25 de outubro de 2006. – **Eduardo Azeredo.**

REQUERIMENTO Nº 1.073, DE 2006

O Senador que este subscreve, com base no Art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, requer seja oficiado à Professora Ana Flávia Ribeiro Coura Guizalberto voto de congratulações pelo recebimento do Prêmio Professor Nota 10, promovido pela Fundação Victor Civita, e que tem grande significação nacional na área da Educação.

Justificação

O Prêmio Victor Civita, Professor Nota 10, tem por objetivo prestigiar e valorizar esse profissional tomando visível perante a opinião pública sua importância na formação das gerações futuras. O prêmio destaca anualmente os professores do Ensino Fundamental que desenvolvem trabalhos docentes de qualidade.

Os professores inscrevem seus projetos por meio da revista Nova Escola, uma publicação do Grupo Abril especializada em Educação. Um júri, formado pelos mais renomados nomes na área, seleciona os trabalhos premiando-os por disciplina, distribuindo um total de R\$100 mil reais para os finalistas e ganhadores.

Assim é com grande alegria, que presto homenagem à Professora Ana Flávia Guizalberto, professora de História da Escola Municipal Professor Francisco Bruno Ribeiro, de Marmelópolis, região sul de Minas Gerais, pelo seu trabalho sobre o ciclo do marmelo, responsável pelo desenvolvimento daquele município.

Há algumas décadas, a cidade possuía como base da economia local a lavoura de marmelo que atraiu diversas empresas, entre elas a CICA, que ali se instalaram, tendo por objetivo a fabricação de doces. Da produção inicial, transportada em lombo de burro, o

município experimentou o auge do seu desenvolvimento, com a construção de estradas para o escoamento da produção para o mercado nacional. Com o declínio da cultura do marmelo, as fábricas foram desativadas e hoje cultiva-se apenas tomate e batata.

As mudanças ocorridas no município foram pesquisadas durante três meses e envolveram a direta participação de vinte alunos, num verdadeiro trabalho de resgate histórico a partir de fotos, documentos, visitas a construções e relato dos moradores mais antigos, que vivenciaram os áureos tempos do marmelo.

Assim, não posso deixar de enaltecer o tão merecido Prêmio recebido pela Professora, que numa prova de desprendimento e amor à Educação despertou em seus alunos o maior sentimento de orgulho e respeito por tão belo município mineiro.

Sala das Sessões, 25 de outubro de 2006.

– **Eduardo Azeredo**, (PSDB – MG).

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – A Presidência encaminhará os votos de congratulações solicitados.

Os requerimentos lidos vão ao Arquivo.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, das seguintes matérias:

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 26, de 1995** (nº 428/94, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Televisão Liberal Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão) na cidade de Belém, Estado do Pará;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 337, de 2006** (nº 2.160/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Cultural Manoel Antônio Nunes Neto para executar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Icó, Estado do Ceará;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 346, de 2006** (nº 2.152/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza o Movimento de Ação Comunitária – MAC a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Solonópole, Estado do Ceará;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 352, de 2006** (nº 2.174/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Cedro

a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Deputado Irapuan Pinheiro, Estado do Ceará;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 354, de 2006** (nº 2.210/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio FM Serrote Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Irauçuba, Estado do Ceará;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 359, de 2006** (nº 1.961/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Francisco de Assis Dantas a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Penaforte, Estado do Ceará;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 360, de 2006** (nº 2.022/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Sócio-Cultural, Desportiva e Educacional de Pindoretama a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pindoretama, Estado do Ceará;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 367, de 2006** (nº 2.178/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação do Grupo de Amigos Comunitários de Paripe e São Tomé de Paripe – Agap a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Salvador, Estado da Bahia;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 368, de 2006** (nº 2.189/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Rádio Comunitária Alternativa FM 107,1 MHz a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 369, de 2006** (nº 2.215/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Ascom – Associação de Comunicação Comunitária Cultural Coração de Maria a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Coração de Maria, Estado da Bahia;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 374, de 2006** (nº 2.153/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza o Centro de Defesa dos Direitos Hu-

- manos de Boa Viagem a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Boa Viagem, Estado do Ceará;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 376, de 2006** (nº 2.158/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Movimento Comunitário Rádio Trans América/FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Colniza, Estado de Mato Grosso;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 377, de 2006** (nº 2.159/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Rádio Comunitária Criativa 102.1 FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paulínea, Estado de São Paulo;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 378, de 2006** (nº 2.161/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Educativa FM Alminafonsense a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Almino Afonso, Estado do Rio Grande do Norte;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 381, de 2006** (nº 2.166/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Olga de Sá para executar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Lorena, Estado de São Paulo;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 383, de 2006** (nº 2.172/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão de Ibirapuã a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ibirapuã, Estado da Bahia;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 386, de 2006** (nº 2.180/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Nossa Senhora Auxiliadora a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Amambai, Estado de Mato Grosso do Sul;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 390, de 2006** (nº 2.185/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Educadora de Ipiaú Ltda. para explorar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ipiaú, Estado da Bahia;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 391, de 2006** (nº 2.190/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Proteção ao Meio Ambiente de Presidente Sarney/MA – Aproma a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Presidente Sarney, Estado do Maranhão;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 392, de 2006** (nº 2.195/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio FM Serrote Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Antonina do Norte, Estado do Ceará;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 393, de 2006** (nº 2.199/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural e Recreativa Ferrabrés a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sapiranga, Estado do Rio Grande do Sul;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 394, de 2006** (nº 2.200/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Clube Rio do Ouro Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Jacobina, Estado da Bahia;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 395, de 2006** (nº 2.202/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio FM Serrote Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Jaguaruana, Estado do Ceará;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 397, de 2006** (nº 2.206/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão FM do Povo a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Apicum-Açú, Estado do Maranhão;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 398, de 2006** (nº 2.207/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária do Rio Grande Studio Livre FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul;

- **Projeto de Decreto Legislativo nº 400, de 2006** (nº 2.209/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Sociedade Hervalense de Artes e Recreação a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Herval, Estado do Rio Grande do Sul;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 402, de 2006** (nº 2.230/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação dos Filhos e Amigos de Santa Bárbara do Pará – Afasb a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Bárbara do Pará, Estado do Pará; e*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 407, de 2006** (nº 2.236/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autorga permissão à Fundação Cultural Nivaldo Franco Bueno para executar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade da Andradina, Estado de São Paulo.*

Tendo sido aprovadas terminativamente pela Comissão de Educação, as matérias vão à promulgação.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – A Presidência esclarece ao Plenário que o **Projeto de Lei do Senado nº 153, de 2002**, lido na sessão do dia 4 de junho de 2002, foi despachado às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; de Relações Exteriores e Defesa Nacional; e de Assuntos Econômicos, cabendo à última a apreciação terminativa da matéria.

Na sessão do dia 5 de maio de 2005, foi aprovado o Requerimento nº 327, de 2005, de audiência da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Naquela ocasião, não foi mencionado o encaminhamento da matéria à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Nesses termos, a Presidência retifica o despacho proferido na sessão do dia 5 de maio de 2005, a fim de que a matéria vá ao exame das Comissões de Agricultura e Reforma Agrária, que já proferiu seu parecer; de Constituição, Justiça e Cidadania; de Relações Exteriores e Defesa Nacional; e de Assuntos Econômicos, cabendo a esta última a decisão terminativa.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – A Presidência recebeu do Presidente do Tribunal de Contas da União, os seguintes **Avisos**:

- **Nº 695 – 2ª Câmara, de 2006**, na origem, de 17 do corrente, encaminhando cópia do Acórdão nº 2.986, de 2006, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o

fundamentam, sobre concessão de apoio-sentadoria (TC – 017.082/2003-6);

- **Nº 1.795 – Plenário, de 2006**, na origem, de 11 do corrente, encaminhando cópia do Acórdão nº 1.894, de 2006, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, sobre auditoria realizada na ação “Orientação Profissional e Intermediação de mão-de-obra” do programa Integração das Políticas Públicas de Emprego, Trabalho e Renda, do Ministério do Trabalho e Emprego (TC – 012.487/2005-8); e
- **Nº 1.809 – Plenário, de 2006**, na origem, de 11 do corrente, encaminhando cópia do Acórdão 1.903, de 2006, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, sobre contratação de serviços de consultoria técnica especializada pela Casa da Moeda do Brasil.

Os expedientes vão à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Com a palavra o Senador Eduardo Azeredo, pelo tempo que entender necessário ao seu pronunciamento, por cessão do Senador Rodolpho Tourinho.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sra Presidente, Senadora Heloísa Helena, Srs. Senadores, eu tenho por princípio a crença de que todo homem público está sempre bem-intencionado, que procura fazer o melhor. Lamentavelmente, sabemos que existem as “maçãs podres”, que tentam contaminar toda a cesta de frutas. Mas temos de sempre entender que a seqüência de sucessos, de realizações vem de longa data. Não se consegue na área pública, em um curto período de tempo, fazer grandes realizações. Elas são fruto do amadurecimento da sociedade, de um somatório de esforços. Assim tem sido em várias áreas no Brasil.

Quero lembrar, por exemplo, a questão da iluminação nas áreas rurais do País, que já vem sendo enfrentada há longos anos. Lembro-me de que, ainda no governo Tancredo Neves, em Minas, tínhamos um projeto que se chamava Minas Luz e que, no meu Governo, que se encerrou em 1998, havia outro que se chamava Luz de Minas. Chegamos a ter 80% das propriedades rurais iluminadas, num Estado grande como Minas Gerais.

Agora, temos mais um projeto. O Governo Lula, entretanto, insiste em mostrar esse projeto como se fosse a descoberta da luz, como se ele é que tivesse inventado a luz, esquecendo-se de todos esses esforços do passado, que vieram de tantas outras pessoas que militam na vida pública.

Lamentavelmente, essa tem sido uma constante. É sempre essa visão de que ninguém fez nada antes, de que todos os que ocuparam a Presidência da República praticamente não trabalharam. É uma negação do

muito que foi feito no Brasil por todos os Presidentes, que sempre tiveram, repito, a boa intenção de acertar. O Presidente Lula, entretanto, insiste em dizer que foi ele que começou tudo, que ele é que faz tudo, que tudo começa a partir do seu Governo.

É impressionante essa capacidade de tentar apropriar-se de idéias, de projetos, de programas elaborados e já adotados pelo meu Partido, o PSDB, e por partidos aliados. Foi assim com o Bolsa-Família, que é a unificação de programas como o Bolsa-Escola, o Vale-Gás e o PETI; foi assim também com as obras da duplicação da rodovia Fernão Dias lá em Minas Gerais, que tinha 98% das obras concluídas. Faltavam dois trevos, que o Presidente Lula concluiu, mas ele diz que concluiu a Fernão Dias. Concluiu dois trevos: um em Varginha, outro em Pouso Alegre. A rodovia tem 576 quilômetros. Assim tem sido em vários e vários pontos.

No debate da TV Record, na última segunda-feira, não foi diferente: o Presidente Lula adotou aquela postura populista que o enaltece como o mentor único e exclusivo das grandes transformações sociais ocorridas no País durante os últimos vinte anos, como é o caso da inclusão das pessoas com deficiência, assunto este que quero abordar aqui.

O Brasil é a nação em que esses cidadãos conquistaram o maior número de leis promotoras da inclusão, graças a sua grande capacidade de organização e mobilização. As principais leis em vigor deflagraram as transformações para que a sociedade brasileira se torne cada vez mais inclusiva. E elas foram promulgadas, a maioria delas, ainda no Governo do meu Partido, o PSDB.

Vejam bem, nobres Colegas:

– o Decreto Federal nº 3.298, de 1999, que regulamenta a Lei nº 7.853, de 1989, com as diretrizes e garantias a serem adotadas pela Política Nacional para as Pessoas com Deficiência, estabeleceu os critérios de equiparação de oportunidades para esses cidadãos e ampliou as possibilidades de ingresso no mercado de trabalho; em seu art. 34, estabeleceu a reserva de vagas nas empresas para garantir as oportunidades de emprego às pessoas com deficiência; também regulamentou os processos educacionais e de saúde; é um Decreto de 1999;

– a Lei de Diretrizes e Bases e Educação (Lei nº 9.493, de 1996), entre outras conquistas, reconheceu, nos arts. 58 a 60 – aí, sim, pela primeira vez –, a Educação Especial como uma modalidade de ensino transversal aos níveis e modalidades de educação escolar. A partir da promulgação dessa lei, as escolas brasileiras iniciaram a reformulação dos processos para a construção da Escola de Todos, inclusiva, tendo a Educação Especial como modalidade para facilitar esse processo; os recursos do Orçamento público para esse fim tornaram-se obrigatórios; repito, esta lei é de 1996;

– a Lei nº 10.048, de 2000 – portanto, também anterior ao Governo do PT e do Presidente Lula –,

que dá prioridade de atendimento às pessoas com deficiência, e a Lei nº 10.098, também de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, foram também promulgadas durante o Governo do PSDB, que soube dar voz à grande capacidade de mobilização e organização das associações e movimentos sociais das pessoas com deficiência de todo Brasil.

Essas associações, esses movimentos são realmente os grandes responsáveis pelas transformações que vêm acontecendo nessa área, souberam mostrar a importância de que a área pública esteja permanentemente atenta à questão, aos desejos e às necessidades das pessoas com deficiência.

Esses movimentos receberam um grande apoio do Governo passado em suas reivindicações no campo da saúde, educação, assistência social, trabalho, renda e habitação popular, assim como receberam também do Governo José Sarney.

Repto o que eu disse no princípio: todo mundo, todo Presidente, **a priori**, está bem intencionado e tem a sua parcela de colaboração. Basta fazermos um levantamento dos programas em execução para verificarmos que é assim.

A força de mobilização das pessoas com deficiência foi o que impediu também que, durante esses quatro anos de Governo do Presidente Lula, essas associações deixassem de funcionar e de oferecer atendimentos especializados, por suspensão do repasse de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE – e do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério – FUNDEF.

Quando o atual Governo alterou a interpretação da lei do Fundef (Lei 9.424, de 1996), foram suspensos os repasses das verbas públicas a essas entidades. Mais de 250 mil pessoas com deficiência ficariam sem acesso à educação, caso os recursos para manter as vagas de escolaridade nessas entidades não fossem mantidos.

Coube a esta Casa, ao Senado, junto com a Câmara dos Deputados, lutar arduamente com as associações para mostrar ao Governo a injustiça que estava sendo praticada e para buscar uma solução ao caso.

Todos devem se lembrar dos pronunciamentos do Senador Flávio Arns, do PT, a respeito do assunto e também da minha intervenção aqui e de tantos outros Colegas que mostravam o erro do Governo em vetar a inclusão das escolas especiais no Fundef. Sob pressão do Legislativo, garantiu-se que os recursos do FNDE fossem destinados ao Programa de Complementação ao Atendimento Educacional Especializado às Pessoas Portadoras de Deficiência – PAED. Ou seja, o Governo agiu por reação, e não por ação. A reação possibilitou que houvesse esse programa. Os repasses

federais retornaram às entidades em situação regular de funcionamento. E, aí sim, foi promulgada a Lei nº 10.845, de 2004.

Srs. Senadores, Sr^a Senadora, todos também devem se lembrar da tramitação da Reforma da Previdência nesta Casa e do trabalho para aprovação da emenda – esta de minha autoria – que garantiu a aposentadoria especial para pessoas com deficiência, reduzindo em cinco anos o tempo de contribuição e a idade para aposentadoria do servidor com necessidades especiais.

Lembro-me bem de que, ainda no dia de votação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, recebi um telefonema do então Ministro Berzoini, que manifestava concordância com a emenda. Ou seja, na reação. Mais uma vez, foi preciso que esta Casa se mobilizasse para que o Governo entendesse a importância de haver tratamento especial para as pessoas com necessidades especiais.

Além disso, a lei que garantiu o acesso aos deficientes visuais acompanhados de seus cães-guia em qualquer estabelecimento público, sobre o qual o Presidente Lula falou tão enfaticamente no debate, não foi uma obra do Governo, como disse o Presidente. A lei é fruto de projeto apresentado pelo Senador Romeu Tuma, do PFL! E foi agora devidamente detalhada na sua aplicação.

Ouço, com muito prazer, a palavra do Senador Mozarildo Cavalcanti.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Eduardo Azeredo, ouvi atentamente o pronunciamento de V. Ex^a, em que, logo no início, V. Ex^a colocou algo que me preocupa muito como médico. Tenho acompanhado as diversas declarações do Presidente Lula em que se compara a JK, outra hora, a Gandhi, outra hora, a Getúlio Vargas e, outra hora, está acima de todos esses vultos da história. Parece que realmente ele só não descobriu o Brasil. O que aconteceu de bom foi ele quem fez. Ele fala sempre da elite contra o que ele diz serem os oprimidos. Não sei se essa elite de que ele fala é, por exemplo, a elite dos sindicalistas a que ele pertencia ou se é a elite de algumas pessoas que foram anistiadas de forma complicada ou que tiveram aposentadorias precoces e duvidosas. Mas o certo é que, se essa elite que ele menciona pensa, ele devia estar preocupado – já que ele diz tanto que faz pelos pobres – em incluir esses pobres nessa elite pensante, que realmente sabe discernir o que é um devaneio ou até uma paranóia. Aí está minha preocupação como médico: que ele não esteja tão são a ponto de ficar achando que ele é, como disse V. Ex^a, o criador da luz. Espero que o eleitor brasileiro leve esse fato em conta. O Presidente da República, candidato à reeleição, vai ao debate, ironizando os temas nacionais, comparando-se e sempre dizendo que ninguém até aqui havia feito nada. É realmente preocupante o estado emocional

de um homem que poderá, se reeleito, ficar mais quatro anos na Presidência da República.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Muito obrigado, Senador Mozarildo Cavalcanti. V. Ex^a lembra que nem tudo começou neste Governo, portanto, não pode continuar prevalecendo esse tipo de afirmação do Presidente Lula, porque a verdade não é essa. A verdade é que temos muitos, muitos problemas no Governo e precisamos de ações para resolvê-los.

Nunca foi do meu temperamento negar sucessos do Governo do Presidente Lula. Creio que a capacidade de reagir, quando, na reforma da Previdência, mostrou-se importante haver condições especiais para pessoas com necessidades especiais, foi um mérito. Também o foi o detalhamento da lei do cão-guia.

Não é razoável reconhecermos que ele tem mérito em algumas questões, e ele não reconhecer mérito algum em governos passados. Ele descreve as questões sempre dessa forma. Considere a própria estabilidade econômica. Se hoje a inflação está baixa, o custo dos alimentos foi reduzido, isso vem de longa data, desde a implantação do Plano Real no Brasil, que se tornou um País normal, onde o orçamento é uma peça importante – aqui não é ainda, mas estamos caminhando para isso.

O fato é que a estabilidade econômica não teve a participação do PT, que votou contra o Plano Real, que votou contra a Lei de Responsabilidade Fiscal, que sempre combateu o Programa de Reestruturação e Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional – Proer, que deu estabilidade ao sistema bancário brasileiro; criticou a negociação da dívida dos Estados, que foi fundamental para que nós não tivéssemos aqui o problema que a Argentina teve com as suas províncias, onde as províncias praticamente emitem dinheiro. Aqui, isso acabou. Os Estados não têm mais a forma de criar dinheiro por intermédio dos seus bancos estaduais ou pela emissão de Letras do Tesouro.

Ouço, com prazer, o Senador Roberto Saturnino.

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Senador Eduardo Azeredo, quero, antes de tudo, cumprimentar o discurso de V. Ex^a a partir da sua própria expressão inicial, quando reconhece que os governantes, de um modo geral, assim como os representantes que aqui chegam, estão sempre imbuídos de uma vontade boa, positiva. Claro que cometem erros. Claro que alguns abusam do poder e mesmo tecem caminhos absolutamente condenáveis. Mas, enfim, nós devemos pressupor que determinada pessoa escolhida pela população para reger os destinos do País, por determinado tempo, tem uma vontade inicial positiva, boa. E o discurso de V. Ex^a ressalta isso, naturalmente fazendo críticas que também não deixo de reconhecer que são justas. Mas quero que V. Ex^a também compreenda que a campanha eleitoral cria um clima de disputa que, inevitavelmente, leva a esses exageros de condenação dos adversários e de exaltação da sua

própria figura. Isso faz parte do processo de conquista das simpatias da opinião pública. Faz parte até do jogo democrático. E cumpre ao eleitor esclarecido, cuja cultura política vai se elevando com o passar do tempo e com a prática democrática, fazer a distinção, separar a verdade do exagero e tirar as suas conclusões. De qualquer maneira, o tom do discurso de V. Ex^a, a sua substância é muito positiva. Por isso eu cumprimento V. Ex^a pelo seu pronunciamento.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Obrigado, Senador Roberto Saturnino. Tenho sempre lembrado que esta causa especial das pessoas com deficiência é apartidária, está acima de todos os interesses dos partidos. Não é à toa que observamos que todo debate aqui sobre este assunto tem a concordância dos representantes de todos os partidos.

E é importante que continue assim; precisamos ter novos avanços. Apesar de termos uma legislação avançada, nós precisamos cumprir essa legislação. A questão, por exemplo, do emprego para as pessoas com deficiência não vem sendo cumprida adequadamente em todo o Brasil. Precisamos garantir que o transporte escolar continue a ter recursos para que entidades como as Apaes e outras que cuidam das pessoas com deficiência tenham também recursos federais auxiliando o seu trabalho.

Temos outras lutas pela frente. Por exemplo, tive oportunidade de apresentar um projeto em que procuro modificar o ProUni, porque o Programa não permite que estudantes que cursaram o ensino médio numa escola privada se candidatem às suas bolsas. No caso do ensino especial, a maior parte das escolas é privada. É com muito esforço que as famílias que têm pessoas com necessidades especiais levam seus filhos para estudarem nas escolas privadas, porque não existe escola pública para essa função. Então, se o ProUni não deixa que a pessoa que tenha estudado na escola privada se beneficie da bolsa, esse Programa não está completo, ele precisa ser aprimorado, melhorado; assim também vários outros aspectos precisam ainda de avanços.

Não é à toa que o Senado tem tido a felicidade, por meio do seu Presidente Renan Calheiros, anteriormente também do Presidente Sarney, de lutar para dar o exemplo de acessibilidade às suas instalações. Assim, teremos novamente este ano, no próximo mês de novembro, uma semana de discussão das questões ligadas às pessoas com deficiência. É a segunda semana pela luta das pessoas com deficiência.

Quero ainda, para concluir essa parte do meu pronunciamento a respeito dos equívocos do Presidente Lula no debate da TV Record, lembrar que, ao ter essa atitude de chamar para si toda a paternidade de projetos em relação às pessoas com deficiência, o Presidente nega a força da participação popular na

construção do País, nega a luta histórica das pessoas com deficiência e de suas associações.

Fatos legítimos não foram apontados, e esse gesto não é uma característica dos processos democráticos. Construímos a democracia com políticas participativas e com compromissos históricos, mas o ponto de partida é a fidelidade à verdade, a fidelidade aos fatos.

As conquistas das pessoas com deficiência são frutos da organização das suas associações, do trabalho dos Parlamentares e da própria imprensa, que sempre tem colaborado. Este ano a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil escolheu o tema das pessoas com deficiência como tema primordial. Assim é que temos conseguido avançar.

O Deputado Federal Eduardo Barbosa, do PSDB de Minas, reeleito como Presidente da Federação das Apaes, tem sempre lembrado que precisamos somar esforços nessa questão. Não é o caso de chamar para si nenhum mérito em especial. É preciso que haja humildade e que o Presidente da República reconheça o que é feito também por outros e não apenas por ele. Não se pode negar a história. Essa é uma frase clara que mostra que precisamos ter, portanto, uma continuidade de esforços a favor das pessoas com deficiência.

Sr^a Presidente, ainda aproveitando este momento em que posso aqui me externar, quero fazer algumas observações sobre um fato da maior relevância, acontecido ontem, que é a aquisição pela Companhia Vale do Rio Doce da grande mineradora canadense Inco.

De forma bastante equivocada, têm sido feitas, nesta campanha eleitoral, críticas à privatização, de maneira genérica, sem se lembrar que a privatização pode ser boa ou ruim. Temos grandes exemplos de sucesso de privatização no País, como é o caso das telecomunicações, em que mais de R\$100 bilhões foram investidos, fazendo com que exista hoje uma universalização do telefone celular no País. Isso ainda não ocorre em todos os Municípios, mas é possível pensar que, se o Governo não consegue gastar R\$10 milhões para fazer um viaduto, como é o caso em Minas Gerais, agora que se está falando em fazer o Viaduto das Almas, que custaria não R\$10 milhões, mas R\$20 milhões, como teria o Governo R\$120 bilhões para investir nas telecomunicações brasileiras?

Sei que a nossa querida Presidente tem outros pensamentos ideológicos, mas, certamente, o Governo não teria R\$120 bilhões para investir na modernização do sistema telefônico. Nós teríamos ainda uma situação muito anterior, apesar de alguns exemplos de sucesso que tínhamos. A companhia telefônica de Minas, por exemplo, a Telemig era uma empresa eficiente. Mas, seguramente, nessa área de telecomunicações, as privatizações deram certo, assim como no caso da companhia Vale do Rio Doce.

E a Vale anunciou, ontem, a compra da mineradora canadense Inco, a segunda maior produtora de

níquel do mundo. A operação, constatada como a maior compra de empresa estrangeira feita por uma companhia brasileira, posicionou a Vale do Rio Doce como a segunda maior mineradora do mundo. E, mais que isso, consagrou um processo de privatização que, a depender do Presidente Lula, não teria acontecido – segundo ele próprio afirmou em entrevistas recentes.

Brevemente, vou reproduzir algumas constatações abordadas hoje em editorial do jornal **O Estado de S. Paulo**. A primeira é que a privatização da Vale do Rio Doce, que apresentava eficiência quando estatal, permitiu que a companhia melhorasse sobremaneira seus resultados.

Isso aconteceu também com outras estatais que padeciam de dificuldades nas suas gestões e que se tornaram deficitárias ou pouco rentáveis.

Daí, a segunda constatação: empresas estatais são submetidas a regulamentos que estabelecem controles burocráticos para a aplicação do dinheiro público. Isso exige um sistema de controle de gestão oneroso para os contribuintes. Também dependem de regras rigorosas para a contratação e demissão de pessoal e para compras e investimentos, o que faz com que elas não possam ter a mesma agilidade que as empresas privadas têm.

Conforme afirma o editorial, com essas regras, seria inimaginável que a Vale crescesse como estatal o que cresceu como empresa privada.

A operação de compra da Inco foi elaborada em sigilo para que o negócio não se tornasse inviável. A depender de amarras da legislação, seus dirigentes, provavelmente, não teriam agido dessa forma.

Outro fato é que a incorporação da mineradora canadense também reforma a estratégia da Vale de atuar com mais intensidade no exterior.

E, para aqueles que criticavam ou se diziam preocupados com a privatização da companhia, o valor em bolsa da Vale deve passar de US\$59 bilhões para US\$77 bilhões. Suas vendas anuais passarão de US\$13 bilhões para US\$18 bilhões. O lucro líquido combinado da Vale e da Inco alcançou US\$5,6 bilhões em 2005.

Mais investimentos, sem sombra de dúvidas, significam mais empregos no Brasil, para os brasileiros. Aliás, a própria Vale do Rio Doce, privatizada, aumentou sua oferta de postos de trabalho de 4 mil para 11 mil.

Isso é avanço. É desenvolvimento econômico de verdade. É a comprovação de que o governo do PSDB não cometeu um erro, como quer fazer crer o Presidente-candidato, sempre preso a idéias do passado.

Nós precisamos discutir uma série de modificações no Brasil, como a questão, a que mais uma vez me refiro, da infra-estrutura. Se o Presidente não estivesse amarrado às críticas referentes à participação da iniciativa privada, seguramente as nossas estradas

poderiam estar em melhor situação, com a concessão de rodovias de grande movimento à iniciativa privada, com a efetiva participação dos empreendedores privados no Programa de Parceria Público-Privada, que é letra morta, não entrou em ação até hoje, a não ser nos Estados governados pelo PSDB, como São Paulo e Minas Gerais – São Paulo, com a Linha 4 do Metrô de São Paulo, e Minas Gerais, com a MG-050, que liga Belo Horizonte ao oeste e ao sudoeste mineiro.

Portanto, Srª Presidente, queria trazer aqui estes dois assuntos: a questão da importância do apoio às pessoas com deficiência, repudiando a apropriação que o Presidente Lula quis fazer do debate dessa questão, como se só ele tivesse colaborado nessa luta de anos e anos; e também este voto de louvor, eu diria, à Companhia Vale do Rio Doce, que, privatizada, avança e cresce, trazendo mais empregos e mais recursos para os brasileiros.

Era o que eu tinha a dizer, Srª Presidente.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Não há mais oradores inscritos.

As Srªs e os Srs. Senadores Almeida Lima, Antero Paes de Barros, Juvêncio da Fonseca, Papaléo Paes, Flexa Ribeiro, Marcos Guerra, Lúcia Vânia e Alvaro Dias enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o art. 210, inciso I e o § 2º, do Regimento Interno.

S. Exªs serão atendidos.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs Senadores, venho à tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “O terrorismo do PT”, publicada pela revista **Veja** em sua edição de 18 de outubro do corrente.

A matéria mostra como a coordenação de campanha do presidente Lula faz uso da tática de usar boatos para prejudicar o candidato do PSDB, Geraldo Alckmin, com a clara intenção de espalhar o terror. Segundo a matéria, “é a mesma estratégia utilizada por Goebbels, o ministro da propaganda de Hitler: você repete uma mentira muitas vezes para tentar transformá-la em verdade”.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALMEIDA LIMA EM SEU PRONUNCIAMENTO:

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

O TERRORISMO DO PT

A campanha de Lula adota a tática de usar boatos para prejudicar o adversário

Inventar uma mentira sobre o adversário, e divulgá-la à exaustão numa campanha eleitoral, é um velho truque sujo do qual o próprio presidente Lula já foi vítima. Em 1989, o então candidato à Presidência pelo PRN, Fernando Collor, espalhou o boato de que Lula, se eleito, confiscaria a poupança dos brasileiros. Em 1994, a campanha de Fernando Henrique Cardoso divulgou o "recesso" de que o petista acabaria com o Plano Real. Agora Lula está vendendo seus partidários adotar o mesmo método e até se engajou nela. No último dia 6, em um comício na Bahia, o presidente declarou que seu adversário nas eleições, Geraldo Alckmin, pretendia privatizar a Petrobras, os Correios, a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil. Mesmo tendo sido desmentido pelo tucano, o candidato do PT e sua equipe continuaram a alardear a falsa informação, numa operação de terrorismo eleitoral que já havia incluído a difusão de outras mentiras: a de que o tucano extinguiria o Bolsa Família, acabaria com a Zona Franca de Manaus e demitiria funcionários públicos. "É a mesma estratégia utilizada por Goebbels, o ministro da propaganda de Hitler: você repete uma mentira muitas vezes para tentar transformá-la em verdade", afirma Alberto Goldman (PSDB), vice-governador eleito de São Paulo.

A nova tática eleitoral do PT tem militantes como o marqueteiro João Santana, a ex-prefeita Marta Suplicy e

o ex-ministro e deputado federal eleito pelo PSB Ciro Gomes. Na linha de frente da operação está Marco Aurélio Garcia, coordenador-geral da campanha. Na semana passada, Garcia aproveitou-se de uma declaração do economista Yoshiaki Nakano, segundo a qual o governo faria um bem ao país se efetuasse um corte de 60 bilhões de reais no Orçamento, para divulgar uma nota dizendo que "Alckmin quer levar o país à recessão e o governo federal à inoperância". Não adiantou o fato de Nakano, um dos coordenadores do programa econômico de Alckmin, ter sido desautorizado pelo candidato — a central de boatos do PT cuidou de reverberar a mentira.

A tática é antiga, como lembra o historiador Marco Antonio Villa. Em 1945, adversários do brigadeiro Eduardo Gomes divulgaram que o então candidato à Presidência pela UDN havia dito em um discurso que não precisava do "voto dos marmiteiros", como eram conhecidos os operários. A notícia era falsa, mas abalou a candidatura de Gomes, que perdeu a Presidência para Eurico Gaspar Dutra. Na semana passada, o PT decidiu refinar a estratégia: colocou em seu site de campanha — para logo em seguida retirar — uma nota que dizia: "Alguém poderia perguntar se ele (Alckmin)

sabia que sua filha era funcionária de uma empresa acusada de contrabando, a Daslu, ou se tinha conhecimento de que sua esposa ganhou de presente 400 vestidinhos chiques". Em seguida, membros do governo "plantaram" nos jornais a notícia de que fora Lula em pessoa quem, "indignado" com a divulgação do texto, teria ordenado sua retirada do ar. Com isso, o PT conseguiu trazer à tona episódios embaraçosos para Alckmin e, ao mesmo tempo, lustrar a imagem do presidente — apresentado como candidato "preocupado com o vale-tudo" das eleições. Mas o maior objetivo dos bandidos petistas com a última operação é pressionar os tucanos para que não toquem no que é um dos mais sensíveis assuntos do governo Lula: os negócios bem-sucedidos de Lulinha — como é conhecido Fábio Luís Lula da Silva, filho do presidente e sócio de uma empresa de games que recebeu 15 milhões de reais da Telemar. ■

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “A Desilusão Venceu a Esperança”, publicada pela revista Época de 02 de outubro do corrente.

A matéria de capa destaca que depois de quase quatro anos à frente de um governo que deveria mudar radicalmente a política e a economia no Brasil, Lula, aos olhos da História pode ser lembrado como o operário que chegou lá ou como mero continuador da “era Fernando Henrique”. A matéria destaca ainda que Lula tem características que lembram outros presidentes brasileiros:

É carismático como Juscelino Kubitschek, avesso a entrevistas e fanático por futebol como o general

Emílio Garrastazu Médici, afirma que é vítima de complotos como Getúlio Vargas, comete gafes verbais como o general João Figueiredo, tem um governo marcado por escândalos de corrupção como foi o de Fernando Collor, queixa-se das elites como João Goulart e faz acusações ao Congresso como Jânio Quadros.

Sr. Presidente, requeiro que a referida matéria seja considerada como parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ANTERO PAES DE BARROS EM SEU PRONUNCIAMENTO

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

A EXPECTATIVA
Lula em cerimônia de 2005. Muitos analistas previam o caos na economia. Estavam em descompasso com os eleitores do candidato, embalados pelo slogan “A esperança venceu o medo”

“O Brasil vai eleger um presidente de quem os mercados não gostam”

George Soros, megainvestidor, em setembro de 2002. O temor se justificava porque o PT tinha defendido, em campanhas anteriores, o não pagamento da dívida externa e a revisão das privatizações

“Todas as indicações (da equipe econômica) são de pessoas que não têm experiência”

Kenneth Maxwell, brasiliense, em dezembro de 2002. Ele achava que a PT queria quadros capazes de gerir a economia com competência e de acalmar os mercados

“Do companheiro Bush, um eventual governo Lula pode esperar um saco sem fundo de maldades”

José Murilo de Carvalho, historiador, em outubro de 2002. Ele temia que um governo de esquerda afastasse o Brasil dos Estados Unidos



ANDRÉA LEAL, LEANDRO LOYOLA E RICARDO MENDONÇA



Suponha que você é um cineasta e recebe a incumbência de fazer, com urgência, um filme sobre o governo Lula entre 2003 e 2006. Não se desespere: nunca foi tão fácil escrever um roteiro. O script pode ser decalcado diretamente da realidade. A saga de Luiz Inácio Lula da Silva, como os bons filmes de Hollywood, tem três atos tão bem definidos que cada um deles poderia receber um título: “O alívio” (o período logo depois da posse, 2003-2004), “A desilusão” (fase dos grandes escândalos de corrupção, 2004-2005) e “A campanha” (quando Lula se concentrou em divulgar os feitos de seu governo, em 2006). Como ensina Syd Field, o guru dos roteiristas de Hollywood, os três atos são balizados por dois “turning points”, ou viradas na trama. A primeira é em fevereiro de 2004, quando vem à tona a fita em que Waldomiro Diniz, auxiliar de José Dirceu na Casa Civil, aparece pedindo propina ao dono de bingos Carlinhos Cachoeira. Foi o momento em que o PT, que se apresentava como o partido da ética, viu ruir sua imagem de pureza. Morria a retórica da santidade única, expressa basicamente na tese, tão usada pelos petistas, do “nós-somos-diferentes-dos-outros”.

A segunda virada, em março de 2006, foi quando Lula mergulhou as mãos no petróleo para comemorar a auto-suficiência da Petrobras. A partir dali o presidente iniciava uma ofensiva para recuperar sua imagem – pouco desgastada, diga-se, apesar dos escândalos envolvendo o PT – entre o povo brasileiro. Divulgaram-se com alarde as notícias na área social. A ação social do atual governo – que despertou uma apaixonada discussão sobre seu teor de “assistencialismo” – explica a popularidade de Lula entre os mais pobres. Em 2006, à medida que a campanha esquentava, o país se via dividido em dois, um que vociferava contra o presidente – e mais ainda contra seus “meninos” metidos em atividades que agredem não apenas os bons modos eleitorais, ►

mas a lei – e outro que votava nele. A reta final das eleições prometia um final emocionante para o filme.

A história de Lula 2003-2006 começa, na verdade, antes do primeiro mandato, num prólogo que poderia receber o título de "A expectativa". Uma parte da população esperava desde 1989 eleger o primeiro presidente operário do país. Aos tradicionais adeptos de Lula – que os institutos de pesquisa diziam ser cerca de 30% da população – juntaram-se outros milhões de brasileiros, que garantiram

lançamento e uma parcela do empresariado. "O Brasil vai eleger um presidente de quem os mercados não gostam", disse em setembro de 2002 o megainvestidor George Soros.

O temor não era infundado. Em campanhas passadas, o PT brandira propostas que, se aplicadas, levariam o país a um colapso econômico – entre elas, a suspensão do pagamento da dívida externa e a revisão das privatizações realizadas por Fernando Henrique Cardoso. A conjuntura em 2002 também não ajudava.

apresentava números preocupantes: taxa irrisória de crescimento, 1,42% no ano; juros nas alturas, 19%; dívida pública em ascensão, em torno de 56% do Produto Interno Bruto; e enorme dependência externa, com um déficit anual de R\$ 23,2 bilhões nas transações correntes.

Com a proximidade do pleito e a consolidação do favoritismo de Lula, o que já era ruim piorou. Um misto de temor real por parte dos investidores com o aquecimento da temperatura política criou um ambiente de especulação exacerbada que logo se transformou em forte turbulência econômica. O dólar ultrapassou a barreira dos R\$ 4,0, risco país bateu seu recorde histórico, acima de 2 mil pontos, e a inflação anualizada superou a marca dos 30%.

Foi nesse clima, no auge da campanha eleitoral, que a cúpula do PT resolveu lançar a famosa Carta ao Povo Brasileiro, um documento de quatro páginas que reafirmava com muita ênfase os compromissos do candidato Lula com a estabilidade econômica, a manutenção do superávit primário pelo tempo que fosse necessário, o respeito aos contratos firmados no governo que estava terminando e a redução da dependência externa. O docu-

Lula nomeou um banqueiro tucano para o Banco Central e adotou a política econômica de FHC para ganhar a confiança dos mercados

seu favoritismo desde o começo da campanha. Ao que tudo indicava, depois de três derrotas seguidas em pleitos presidenciais, chegara finalmente a vez de Lula, que encantava a maior parte do eleitorado com sua promessa de um governo transformador, voltado para o social, sob o slogan "A esperança vence o medo". A vitória iminente atemorizava investidores, operadores do mercado fi-

A despeito dos benefícios inegáveis da estabilidade de preços conquistada no começo dos anos 90, o presidente Fernando Henrique Cardoso, do PSDB, chegou a seu último ano de mandato numa situação extremamente difícil. Além do desgaste político causado pelo apagão de 2001 e pela epidemia da dengue, as crises internacionais ainda não haviam sumido do horizonte e a economia brasileira

O ALÍVIO

Lula no Fórum Mundial de Davos (à esq.), com seus ministros em favela no Recife (acima), e Antônio Palocci (ao lado), o ministro da Fazenda, que acalmou os mercados. Em 2003, só surpresas boas do governo: nenhuma loucura foi cometida, a economia seguiu funcionando, o presidente se mostrou conciliador e levou o governo para conhecer a pobreza de perto. Palocci passou a ser considerado o fiador da estabilidade

mento teve uma importância enorme do ponto de vista político. Era a interlocução direta de Lula com o mercado financeiro, cuidado fundamental para acalmar os investidores, reduzir as especulações e fazer uma transição tranquila.

Confirmada a eleição, veio a fase do alívio, que começa em janeiro de 2003 com a nomeação dos ministros. Um ministério eclético, com ex-sindicalistas, negros, mulheres, acadêmicos, um músico na pasta da Cultura, um empresário no Desenvolvimento, um produtor rural na Agricultura e um militante histórico da esquerda na Reforma Agrária. Do ponto de vista simbólico, dois eventos marcam o início dessa fase. O primeiro foi a festa de posse, que reuniu milhares de militantes e simpatizantes petistas em Brasília. Lula desfilou triunfante, em carro aberto, no meio do corredor humano formado por pessoas de todos os cantos do Brasil. O evento, descobriu-se depois, fora organizado pelo publicitário Duda Mendonça com dinheiro de caixa dois arrecadado pelo ex-tesoureiro Delúbio Soares – tristes protagonistas do segundo ato da opópôia petista.

O outro evento marcante foi o tour do time de ministros recém-empossados para

"conhecer a miséria de perto", conforme a promessa feita pelo candidato na campanha de 2002. A iniciativa levou quase toda a equipe ministerial para três comunidades extremamente pobres do país: a Vila Irmã Dulce, em Teresina, Piauí; a favela de Brasília Teimosa, no Recife, Pernambuco (hoje urbanizada); e o município de Itinga, no Vale do Jequitinhonha, norte de Minas Gerais.

A ocasião que justificava essa viagem era o lançamento do programa Fome Zero, que, depois de várias críticas, acabaria sendo substituído em outubro do mesmo ano pela estratégia de dar prioridade ao Bolsa-Família. Não foi uma conversão fácil, já que o Fome Zero era uma grife vendida com muita ênfase por Lula desde a posse. A marca Fome Zero ainda é usada hoje pelo governo para designar o conjunto dos programas sociais. Mas o nome que ficou foi Bolsa-Família, que acabaria sendo o grande trunfo do governo Lula na área social.

No plano administrativo, o início do governo Lula foi bem menos exuberante. Toda a ação foi marcada por aquilo que o economista Marcelo Neri, chefe do Centro de Políticas Sociais da Fundação

Getúlio Vargas do Rio de Janeiro classificou recentemente como o período de "choque de confiança". A expressão está no documento Miséria, Desigualdade e Estabilidade: o Segundo Real, publicado há duas semanas pela FGV-RJ. Os eventos mais notórios dessa fase foram as nomeações de Antônio Palocci e do executivo de banco Henrique Meirelles para o Ministério da Fazenda e a presidência do Banco Central, respectivamente. A dupla não só manteve, como aprofundou a política econômica do último período do governo anterior, baseada no tríplice metas de inflação, câmbio flutuante e superávit primário. Deu certo. Apesar de o primeiro ano de mandato terminar com um crescimento medíocre, 0,3%, a credibilidade do governo foi restaurada, a tendência de alta da inflação foi invertida e os juros começaram a cair gradativamente.

Foi no primeiro ano de mandato, também, que o governo encaminhou seus dois primeiros projetos de reforma constitucional, a da Previdência e a tributária. Apesar a primeira avançou razoavelmente. A aprovação do teto para os aposentados do setor público e a instituição da contribuição dos inativos aumentaram a confiança do mercado ►

A DESILUSÃO

Em 2004, as crises começaram. ÉPOCA revelou o pedido de propina de Waldomiro Diniz, assessor do ministro José Dirceu, para o bicheiro Carlinhos Cahoeira (à esq.). Em 2005, Roberto Jefferson denunciou o mensalão na CPI dos Correios (à dir.), José Dirceu foi cassado (mais à dir.) e Ângela Guadagnin fez a dança da pizza (abaixo). O governo Lula passou mais de um ano se defendendo de escândalos que não paravam de surgir. O PT se esfacela e perde a aura de partido limpo e honesto

no governo Lula, mas marcaram a ruptura da senadora Heloísa Helena com o PT. Por votar sistematicamente contra o partido no Congresso, alegando sempre que a sigla estava traíndo seus compromissos históricos, ela acabou expulsa do partido no fim de 2003, com um custo político enorme para Lula.

O segundo ato do Lula 2003-2006 – “A desilusão” – começa no dia 13 de fevereiro de 2004, quando, numa reportagem de capa, ÉPOCA revelou a existência de uma fita de vídeo gravada em 2002 pelo empresário do ramo de jogos Carlinhos Cahoeira. As imagens mostram o ex-assessor

terior e aceleração recorde no ritmo de diminuição da desigualdade de renda.

O auge da fase dos escândalos veio em junho de 2005. Acusado de liderar um esquema de corrupção nos Correios, o ex-deputado federal Roberto Jefferson, até então aliado do governo, deu uma entrevista para o jornal *Folha de S. Paulo* na qual acusava a direção do PT de pagar mensalidades de R\$ 30 mil para que deputados da base aliada votassem matérias de interesse da administração. A partir de sua denúncia, foram abertas três CPIs no Congresso Nacional; dois ministros caíram (José Dirceu, que mais

Escândalos de corrupção desestabilizam o governo. O PT perde a aura de partido ético, e Lula seus mais próximos colaboradores

de José Dirceu na Casa Civil Waldomiro Diniz pedindo propina e contribuições para campanhas eleitorais. Na época da gravação, Waldomiro era presidente da Loterj, empresa que administra as loterias no Estado do Rio de Janeiro.

Por ter abalado Dirceu, ministro que sempre era apresentado por Lula como o “capitão” do time do governo, o caso Waldomiro teve uma repercussão extraordinária na imprensa nacional e internacional. Ocorreu, paradoxalmente, no mesmo período em que a administração petista colheu seus melhores números da economia: crescimento de 4,9% no ano, geração de 1,5 milhão de vagas formais no mercado de trabalho, queda de 8% na miséria em relação ao ano an-

terior e aceleração recorde no ritmo de diminuição da desigualdade de renda. O auge da fase dos escândalos veio em junho de 2005. Acusado de liderar um esquema de corrupção nos Correios, o ex-deputado federal Roberto Jefferson, até então aliado do governo, deu uma entrevista para o jornal *Folha de S. Paulo* na qual acusava a direção do PT de pagar mensalidades de R\$ 30 mil para que deputados da base aliada votassem matérias de interesse da administração. A partir de sua denúncia, foram abertas três CPIs no Congresso Nacional; dois ministros caíram (José Dirceu, que mais

O ministro da Fazenda Antônio Palocci, que passou longe das denúncias, virou o alvo principal da oposição quando o escândalo detonado por Roberto Jefferson começou a esfriar. Acossado pelas investigações sobre seus ex-colaboradores em Ribeirão Preto, onde foi prefeito, ele acabou caindo no começo de 2006, quando o sigilo bancário do caseiro Francenildo Costa foi quebrado e vazado para ÉPOCA. Francenildo era testemunha da presença de Palocci numa casa alugada em Brasília por seus ex-colaboradores, na qual se fariam negociações envolvendo o Ministério da Fazenda. Em meio ao estreíto, Palocci acabou caindo.

De lá para cá, quem comanda a Fazenda é o economista Guido Mantega, que já havia sido ministro do Planejamento e presidente do BNDES. Mantega, em cujo passado acadêmico não se encontra o menor traço de apreço pelo livre mercado, manteve, para decepção de uns e alívio de outros, a política ortodoxa de seu antecessor.

O terceiro ato do mandato de Lula é a da colheita dos números finais da administração e a da campanha pela reeleição. Com relação às promessas feitas em 2002, é possível estimar que o presidente cumpriu pouco mais de 50% de seus compromissos, conforme mostrou uma reportagem recente de ÉPOCA. Se o país cresceu mais no governo Lula que no período de Fernando Henrique Cardoso – 2,8% ao ano em média, se a previsão de 2006 for confirmada, em comparação a 2,3% na fase tucana –, isso se deveu em parte a uma conjuntura internacional favorável, da qual o Brasil, aliás, se aproveitou muito pouco. O crescimento foi

medíocre se comparado com o das outras nações que, como o Brasil, disputam os investimentos internacionais na condição de "emergentes". Índia, China e Rússia têm crescido a taxas sempre superiores a 6% ao ano, chegando às vezes a 10%.

Uma análise publicada na revista britânica *The Economist* na semana passada atribuiu o mau desempenho a um setor público inflado, que puxou as taxas de juros para cima. Em seu governo, Lula nada fez para melhorar essa situação. Para a revista, seu governo representou uma aliança entre os despossuídos e os que se beneficiaram de um Estado indulgente, como sindicalistas e funcionários públicos. "Alguns dos erros do governo podem ser atribuídos à falsa noção de que o que era bom para um grupo era bom para o outro, o que talvez não seja surpreendente quando se considera que Lula, nascido despossuído, se tornou líder sindical".

De acordo com o brasiliense britânico Kenneth Serbin, Lula foi na contramão ao deixar de negociar acordos com os Estados Unidos – como fez, por exemplo, o Chile, com sucesso – e se concentrar em fazer tratos comerciais com países menores. "O país pode ter perdido uma chance inédita, a de aproveitar o período histórico de maior crescimento desde o final da Segunda Guerra Mundial", afirma ele.

A fase "A campanha" tem dois símbolos especialmente fortes. O primeiro foi a auto-suficiência em petróleo conquistada pela Petrobras no primeiro semestre deste ano. O evento já estava programado para ocorrer havia anos, independentemente do mandatário da nação, como consequência do bom desempenho da estatal. O segundo símbolo relevante foi a ►

GOVERNO LULA 2003-2006

confirmação recente de mais uma queda na desigualdade e na miséria. Trata-se, segundo o economista Marcelo Neri, do dado mais relevante de toda a gestão petista. "O Brasil foi o país que apresentou a maior inflação do mundo entre 1960 e 1995. Desde os anos 60, tinha também um dos piores índices de distribuição de renda do planeta", afirma. "A redução da desigualdade e da pobreza está para o governo Lula assim como a estabilização da economia esteve para FHC."

De 2003 a 2005, segundo os critérios da Fundação Getúlio Vargas, o total de miseráveis no Brasil caiu de 28,2% da população para 22,8%, o menor patamar da série histórica iniciada em 1992. A parcela da renda apropriada pelos 50% mais pobres passou dos tradicionais 12,5% para 14,1%. De acordo com os critérios da ONU, os dados de 2005 recém-divulgados mostram que o Brasil acabou de cumprir, na metade do tempo previsto (25 anos), a primeira Meta do Milênio. As chamadas "Metas do Milênio" se referem a um pacto estabelecido pelas Nações Unidas em 2000 para atingir metas como erradicação da pobreza, universalização da educação, redução da mortalidade infantil, combate à aids e sustentabilidade ambiental. São esses os resultados que têm estimulado a popularidade do presidente Lula entre os mais pobres.

O terceiro ato de Lula – "A campanha" – destacou o fato de que o ex-líder sindical é um dos presidentes mais carismáticos da história do país. Ele é freqüentemente chamado de "midiático" por especialistas, mas a relação de seu governo com a mídia é peculiar. Ela merece um capítulo à parte dentro do roteiro do filme, já que o antagonismo que se criou seria, nas palavras de Syd Field, uma fonte de "conflito dramático".

Lula liderou as pesquisas de intenção de voto durante toda a campanha eleitoral, enquanto a televisão, os jornais e as revistas mostravam uma atitude justificadamente crítica em relação a um governo cheio de escândalos de corrupção. Cresceu no PT um sentimento de hostilidade e antagonismo em relação à mídia. Intelectuais simpatizantes do PT apontaram o que seria um "descolamento" entre a sociedade e a imprensa. A filósofa Marilena Chauí disse que o mensalão seria uma "construção fantasmagórica" da mídia.

Foi nesse quadro que, recentemente, veio a público um projeto petista voltado para os meios de comunicação e incluído no programa de governo do segundo mandato. Sob a suspeita e enganosa embalagem de "democratização", o projeto previa financiamento para órgãos de imprensa menores e, provavelmente, mais simpáticos ao governo. Tornada pública, a proposta foi retirada do programa.

A palavra "mensalão", contra a qual Marilena Chauí esgrima, se consagrou como o símbolo máximo da corrupção da gestão de Lula. Os repasses ilegais de dinheiro para deputados, segundo apuração posterior, não eram exatamente da forma que haviam sido descritos pelo deputado Roberto Jefferson. Ou seja, os pagamentos não eram mensais. É em cima desse fato que Marilena Chauí elaborou sua "construção fantasmagórica". O que ela parece custar a admitir é que houve, sim, corrupção – e muita.

As investigações mostraram que, por meio do publicitário Marcos Valério Fernandes de Souza, pelo menos R\$ 55,9 milhões foram usados no esquema de repasses ilegais. Ao contrário do que afirmara Jefferson, vários parlamentares do PT participaram do esquema – entre eles o ex-presidente da Câmara João Paulo Cunha, que mandou sua mulher buscar pessoalmente R\$ 50 mil em uma agência do Banco Rural.

Outra crítica à mídia foi feita pelo filósofo Renato Janine Ribeiro, intelectual que declarou voto em Lula, no seminário O Esquecimento da Política. Segundo ele, a imprensa julga que a maior parte da população pobre foi "comprada por programas sociais e não tem nenhuma preocupação ética". Outro intelectual ligado ao PT, o cientista político Wanderley Guilherme dos Santos, preferiu cobrar a

A CAMPANHA Lula comemora a auto-suficiência do Brasil em petróleo em plataforma da Petrobras (ao lado). Beneficiária dos programas sociais do governo exibe cartão do Bolsa-Família (acima). Lula renasce amparado no sucesso da área social e nos êxitos econômicos. Foram 11 milhões de pessoas atingidas pelo Bolsa-Família. Mas os números da Economia mostram que o Brasil teve crescimento mediocre quando comparado a outros países emergentes como China, Índia e Rússia

conta do próprio presidente. Num artigo para o jornal *Folha de S. Paulo*, chamou os envolvidos na compra do dossier contra tucanos de "militantes políticos truculentos, analfabetos em democracia". E afirmou que "o capital biográfico do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, não pode servir de fiança às malfeitorias de burocratas desqualificados".

Os intelectuais simpatizantes do PT contestam também a tese de que nunca houve tanta corrupção no Brasil. Numa entrevista à *ÉPOCA* antes que a campanha subisse de tom, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso afirmou que os casos de corrupção no governo brasileiro haviam começado com Pedro Álvares Cabral. Depois, no fôlego da reta final, falou em "podridão" e comparou Lula ao demônio.

Antes, FHC falou como sociólogo. Depois, como político. Ninguém inventou até hoje um jeito de quantificar a corrupção. Que ela é um traço marcante da administração Lula, é. Mas a dificuldade é estabelecer comparações históricas consistentes e à prova de paixões. Na impossibilidade de comparar quantitativamente a corrupção no governo Lula com o que aconteceu em outros, talvez seja possível fazer uma distinção qualitativa. "Foi a primeira vez que se viu corrupção organizada partidariamente, para alimentar o projeto de poder do governo", afirma Leônico Martins Rodrigues, um dos mais respeitados cientistas políticos do país.

"Em governos anteriores, a corrupção era desorganizada, não tinha o objetivo de alimentar apenas um partido."

Muito antes de repercutir termos como o "mensalão" e declarações como a de Fernando Henrique, a mídia já era olhada com desconfiança por Lula e pelos petistas. Enquanto seus antecessores Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso falavam freqüentemente com jornalistas, Lula concedeu apenas uma entrevista coletiva em quase quatro anos de mandato. Sempre que teve chance, Lula escapou dos jornalistas em eventos públicos. Em momentos cruciais, como a revelação da existência de corrupção em seu gover-

a reportagem à página 28). No início do programa, o mediador William Bonner lembrou que, de acordo com as regras aceitas por todos os partidos, seria muito difícil que o debate descambasse para ofensas pessoais.

A postura de Lula é diferente da de muitos de seus colegas eleitos democraticamente. O presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, participa de entrevistas coletivas quase quinzenais, em que os jornalistas perguntam o que querem. Bush está envolvido em problemas muito mais espinhosos que Lula, como a guerra contra o terrorismo no Iraque e no Afeganistão, além das

[Na campanha eleitoral, o país aparece dividido em dois. A mídia que critica Lula e os que votam nele, seduzidos por seu carisma]

no, preferiu sujeitar-se, em Paris, a uma entrevista para uma equipe de TV desconhecida, em que disse que havia sido traído por companheiros do PT.

Há duas semanas, o cerimonial do Palácio do Planalto vetou a presença de repórteres em eventos corriqueiros, com o objetivo de evitar perguntas ao presidente sobre o envolvimento de petistas na compra do dossier contra o tucano José Serra. Na quinta-feira, Lula se recusou a comparecer ao debate final da eleição promovido pela TV Globo, alegando que seus adversários iriam massacrá-lo (leia

crises normais de qualquer governo. Seu antecessor, Bill Clinton, teve de enfrentar repórteres em momentos definitivamente embaraçosos, como durante a revelação de seu caso extraconjugal (com detalhes sexuais constrangedores) com a estagiária Monica Lewinsky.

A proximidade do fim do primeiro mandato de Lula e a controvérsia gerada às vésperas de sua possível reeleição permitem a discussão sobre seu legado para o Brasil. Presidentes entram para a História por sua obra à frente do governo e por características pessoais, que interferem ►

nos rumos do país. Getúlio Vargas é visto como o criador do Brasil moderno; Juscelino Kubitschek é lembrado pelo carisma e pela realização de obras; Jânio Quadros e João Goulart foram políticos fracos, cuja falta de rumo levou à ditadura militar; Fernando Collor foi o único expulso do poder por corrupção; Fernando Henrique Cardoso foi o reformador do Estado.

E Lula, nos quatro anos iniciados em 2003 e agora encerrados, como será lembrado pela posteridade? Pela expansão do Bolsa-Família? Pelos escândalos de corrupção? Pelo medíocre crescimento econômico? Eis uma pergunta difícil de responder, pois falta aquele distanciamento histórico que só o tempo pode trazer. "A imagem que deverá prevalecer é a do operário autêntico que monta um partido popular e batalha até chegar à Presidência da República", afirma o sociólogo Alvaro Comin, professor da

político Leônio Martins Rodrigues. "Lula não é pobre desde que entrou para o sindicato, nos anos 70. Já tivera uma ascensão social, mas conseguiu manter a imagem de humilde." A origem pobre do presidente, além de arma de propaganda, é usada como escudo contra adversários. Faz com que as críticas sejam classificadas como preconceito dos poderosos.

"Lula usa um discurso de vítima de um complô invisível, das elites, para acobertar fatos incômodos como a corrupção de seu partido", diz a historiadora Maria Luiza Tucci Carneiro, da USP. "É a retórica populista de salvador dos pobres e vítima dos ricos." Esse discurso aproxima Lula de Getúlio Vargas – o presidente petista adora se comparar ao antecessor que mais batizou logradouros no país. Com o episódio do dossiê, é possível que no futuro os historiadores realmente façam um paralelo entre os dois presidentes,

confundam com os de outros presidentes cujos governos incorreram no mesmo problema."

Assim, fica difícil dizer se o mito de Lula vai resistir ao tempo. Historiadores analisam a trajetória dos países como uma sequência, em que cada época – e cada governante – dá uma contribuição para o todo. Comparado à Argentina, país marcado por rupturas, o Brasil é uma nação que prima pela continuidade. As bases da fase conhecida como "nacional-desenvolvimentismo" foram dadas por Getúlio Vargas, e as sementes que ele plantou foram cultivadas por vários presidentes, fossem ditadores ou eleitos democraticamente. O modelo de investimento estatal só foi trocado quando levou o país a quebrar nos anos 80. Dessa fase, restaram como símbolos o próprio Getúlio e Juscelino Kubitschek. Os quatro presidentes da atual fase democrática – Fernando Collor, Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva – vêm reorientando o país no sentido de estabilizar e liberalizar a economia, de um lado, e usar o excedente recuperado do modelo estatizante para investir na área social, do outro.

Quem entrará para a História como o nome mais marcante dessa fase? Fernando Henrique Cardoso, que criou o Plano Real e acabou com a inflação? Lula, que aprofundou as conquistas sociais do período? Há quem diga que o mito Lula, o do operário que chegou lá, vai prevalecer. Outros, como o sociólogo Francisco de Oliveira, acham que o petista entrará para a História apenas como uma continuação de Fernando Henrique. Mas a pergunta na verdade só será respondida quando o filme do governo Lula, cores esmaecidas pelo tempo, for visto e analisado pelos historiadores do futuro. ■

Aos olhos da História, Lula pode ser lembrado como o operário que chegou lá ou como mero continuador da "era Fernando Henrique"

Universidade de São Paulo (USP) e presidente do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap). "Desse ponto de vista, a eleição de Lula foi um fenômeno inédito no mundo todo. Ao contrário de muitos outros, ele sempre foi uma liderança legítima, real. Não era fantoche da esquerda." Ele se refere ao fato de que, no início de sua vida sindical, Lula se caracterizava pela desconfiança em relação às ideologias, evitando aproximação com os partidos comunistas da época. Lula era, antes de tudo, um pragmático, que batalhava por melhores salários.

O Lula que veio de baixo é, de certa forma, um mito, como observa o cientista

mas pelo lado mau. "Lula gosta de dizer que, como Vargas, é o pai dos pobres", afirma o brasiliense Kenneth Serbin. "O fato de seus assessores terem negociado um dossiê contra José Serra se assemelha, no entanto, ao episódio em que Gregório Fortunato, braço direito de Getúlio Vargas, pagou para que um pistoleiro atirasse no principal opositor do presidente, Carlos Lacerda, no famoso atentado da Rua Toneleros." Há também a possibilidade de Lula entrar para a História pela via da corrupção. "Esse risco, é claro, existe", diz Leônio Martins Rodrigues. "Mas é possível também que os escândalos do governo Lula, examinados do futuro, se

Não é só Getúlio e Juscelino

Características de Lula que lembram outros presidentes brasileiros

Carismático como **Juscelino Kubitschek** (1956-1961)

Avesso a entrevistas e fanático por futebol como o general **Emílio Garrastazu Médici** (1969-1974)

Afirma frequentemente ser vítima de complôs, como **Getúlio Vargas** (1930-1945) e **João Goulart** (1951-1954)

Comete gafes verbais como o general **João Figueiredo** (1979-1985)

Seu governo foi marcado por escândalos de corrupção como o de **Fernando Collor** (1990-1992)

Queixa-se das elites, como **João Goulart** (1961-1964)

Faz acusações ao Congresso, como **Jânio Quadros** (1961)

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS)

Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs e Srs Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar a matéria intitulada “PT afirma que recebeu e distribuiu cartilhas com publicidade federal”, publicada no jornal **Folha de S. Paulo** do dia 13 de setembro do corrente.

Segundo a matéria, o Partido dos Trabalhadores confirmou ter recebido e distribuído cartilhas com propaganda do governo federal. Ainda na nota divulgada, o partido classifica como “inaceitável” o vazamento de informações do relatório preliminar do Tribunal de

Contas da União. Ora, novamente o PT tenta desviar a atenção do eleitor de suas mazelas. O mais grave e “inaceitável” é o Partido ter utilizado dinheiro público para promover o candidato Lula.

Sr. Presidente, requeiro que a referida matéria passe a integrar esse pronunciamento, a fim de que conste dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA EM SEU PRONUNCIAMENTO

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

PT afirma que recebeu e distribuiu cartilhas com publicidade federal

Partido classifica de ‘inaceitável’ vazamento de informações de relatório do TCU sobre contas da Secom

Em nota, Berzoini diz ter repassado ao tribunal os detalhes dos responsáveis pelo recebimento das 929.940 cópias da revista

FÁBIO ZANINI
LUCIANA CONSTANTINO
DA SICURBALI BRASIL A

O PT confirmou, em nota divulgada ontem, que recebeu e distribuiu revistas com propaganda do governo federal, produzidas a pedido da Secom (Secretaria de Comunicação Institucional). O partido classificou de “inaceitável” o vazamento de informações que constam de “relatório” p “eliminar” do TCU (Tribunal de Contas da União).

Na nota, assinada pelo presidente do partido e coordenador-geral da campanha de Luiz Inácio Lula da Silva, Ricardo Berzoini, o PT admite que repassou 929.940 exemplares, e não 2 milhões, conforme reportagem da revista “Veja”, que traz dados do relatório.

O relatório do caso no TCU, ministro Ubiratan Aguiar, disse que não pode comentar as informações nem confirmar o número porque seu relatório ainda não foi analisado pelos outros ministros. O caso estava na pauta na semana passada, mas foi retirado antes mesmo da discussão a pedido do ministro Marcos Vilaça.

“É função do TCU acompanhar e fiscalizar a utilização dos recursos da União com isenção e imparcialidade. O PT sempre apoiou a atuação desse instrumento de controle social”, afir-

ma Berzoini na nota.

Ele declara, no entanto, que “estranha” o vazamento. “É estranho, porém, que a divulgação precipitada e distorcida da notícia ocorra em plena campanha eleitoral e seja tratada por alguns órgãos de imprensa como se já houvesse decisão contrária à distribuição. Isso é inaceitável.”

No final de semana, o ex-ministro Luiz Gushiken, que era o titular da Secom quando as publicações foram produzidas, entre 2004 e 2005, já havia admitido que as repassou ao PT para que fossem distribuídas.

O objetivo, segundo Gushiken, seria reduzir custos de distribuição do material e permitir “mais ampla” distribuição das revistas pelo país”.

Na nota de ontem, Berzoini repete Gushiken ao dizer que os detalhes a respeito das revistas, tais como “nomes dos responsáveis pelo recebimento, a quantidade de exemplares e a data de recebimento” estão à disposição do TCU. Segundo reportagem da “Veja” de ontem, pelo menos oito diretores de capitais dizem que nunca receberam as talas revistas.

Segundo a reportagem da “Veja”, o pedido de vista do ministro Vilaça teria sido feito após pressão para que Aguiar retrase o tema da pauta. O então pedido teria gerado no tribunal uma interpretação de “inferferência política” no caso. Ontem, o ministro Aguiar divulgou uma nota negando que seu colega tivesse feito pedido para que ele modificasse seu posicionamento.

AS CARTILHAS DO GOVERNO

O PT, por sua vez, em nota divulgada ontem, nega que tenha havido vazamento de informações sobre o relatório final da Secom.

AS CARTILHAS

Encomendadas pela Secom, trazem texto que exalta as realizações de 2004 do governo e critica a gestão FHC

QUEM PRODUZIU

A Agência Duda Mendonça, que pertence ao publicitário do mesmo nome, marqueteiro da campanha de Lula em 2002 e que disse ter recebido R\$ 10 milhões da caixa 2 do PT no exterior, em 2005

2004

O Brasil da era do desenvolvimento sustentável

511 mil revistas, de unidades, com custo total de R\$ 12 milhões, segundo a revista “Veja”

2 milhões

não apresentaram comprovantes da confecção, segundo informou a “Veja” com base em relatório de auditoria do TCU

O QUE DIZ O TCU

» Auditoria cobrou das pastas de 100 mil o devolução de dinheiro destinado à comprovação. O processo, entretanto, não o caso teve pedido de vista negado pelo ministro Marcos Vilaça

» Segundo a revista “Veja”, para tentar convencer o relator do processo, Ubiratan Aguiar, a auditoria foi realizada em outubro, porém, que seu colega teria pressionado alguém na pressão para incluir o tema

AS CARTILHAS DO PT

» Diretores municipais nas capitais de ES, SC, SE, BA, RR, PR, MS e MT, levados pela Folha, disseram não ter recebido as cartilhas. Apenas o diretor de SP afirmou ter recebido o material, mas não disse a quantidade

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr Presidente, Sr^{as}s e Srs Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar o artigo intitulado “Restou um caudilho”, publicado pelo jornal **Folha de S.Paulo** de 25 de agosto do corrente.

No seu artigo, o jornalista Clóvis Rossi diz que, devido a todos os escândalos envolvendo o PT, o partido deve encolher nas próximas eleições, apesar de Lula ter crescido nas pesquisas. Segundo o jornalista,

sai o petismo e fica o “lulismo”, “o personalismo caudilhesco velho de séculos na América Latina”.

Sr Presidente, para que conste dos Anais do Senado, requeiro que o artigo acima citado seja considerado como parte integrante deste pronunciamento.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PAPALÉO PAES EM SEU PRONUNCIAMENTO

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Restou um caudilho

SÃO PAULO - Luiz Inácio Lula da Silva acaba de atingir o melhor índice de aprovação de um governante, na série histórica do Datafolha, batendo o recorde anterior, de Fernando Henrique Cardoso (52% para Lula contra os 47% que FHC chegou a obter uma vez).

Aloizio Mercadante é o líder no Senado do governo que tem o recorde de aprovação. Logo, ele também deve estar roçando níveis pelo menos parecidos, certo?

Errado, como todo mundo sabe. Mercadante tem apenas 18% das intenções de voto, na disputa pelo governo de São Paulo, separado de José Serra, o líder, por 30 pontos percentuais, mais do que a diferença que Lula obtém sobre Geraldo Alckmin.

Tudo bem que São Paulo não é exatamente a praça forte do lulopetismo. Tudo bem também que questões locais pesam na escolha do candidato. Mesmo assim, é uma anomalia a disparidade de desempenho entre Lula e seu líder.

Anomalia, aliás, que se estende

por todo o país. Nos dois outros componentes do chamado “triângulo das Bermudas” da política brasileira (porque nele muitas vezes somem reputações), Minas Gerais e Rio de Janeiro, o PT vai mal das pernas. No Rio, então, sofre de acentuado nanismo.

No conjunto do país, o PT lidera apenas em Sergipe, no Piauí e no Acre, Estados que somam meros 3% do eleitorado e, ademais, são extremamente periféricos geográfica e politicamente.

O natural é que a bancada do partido saia menor do que a já pequena eleita em 2002, se comparada ao voto então dado a Lula (91 deputados, reduzidos a 81, pela debandada dos descontentes com os rumos do partido e do governo).

Mas, em 2002, a identificação Lula/PT era indiscutível. Hoje, o PT minguou, Lula cresceu, saiu o petismo, fica o “lulismo”, o personalismo caudilhesco velho de séculos na América Latina.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs e Srs Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Ex-governador de Goiás muda versão sobre relato de mensalão a presidente”, publicada pelo jornal **Folha de S. Paulo** em sua edição de 5 de setembro do corrente.

A matéria mostra que o ex-governador de Goiás, Marconi Perillo, confirmou que teria alertado o presidente Lula sobre a existência do esquema do mensalão.

Ex-governador de Goiás muda versão sobre relato de mensalão a presidente

Segundo Marconi Perillo, alertado sobre esquema, Lula teria dito: ‘Cuida dos seus deputados, que eu cuido dos meus’

Tucano, candidato ao Senado, não responde por que não deu detalhes da conversa em 2005, quando revelou ter avisado petista

SILVIO NAVARRO
ENVIADO ESPECIAL JATAÍ (GO)

Mais de um ano depois de dizer que havia alertado o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sobre a existência do esquema do mensalão, o ex-governador de Goiás Marconi Perillo (PSDB) decidiu ontém dar mais detalhes da conversa, incluindo uma suposta resposta do presidente dada na ocasião.

O diálogo ao qual Perillo se refere veio à tona em junho do ano passado, logo após o ex-deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ) denunciar o mensalão. A época, ainda governador de Goiás, Perillo disse ter avisado o presidente que ouvia rumores do caso, ao recebê-lo em solenidade em Rio Verde (GO), em 5 de maio de 2004.

Ontem, a menos de um mês da eleição, Perillo decidiu retomar o assunto. “Não adianta ele [Lula] falar que não sabia do mensalão. Eu o avisei em Rio Verde”, disse. “Ele me falou: ‘Marconi, cuida dos seus deputados, que eu cuido dos meus’”. Perillo é candidato a uma vaga ao Senado. Segundo pesquisa Ibope divulgada na semana passada, ele lidera com 66%.

Essa suposta resposta dada pelo presidente não havia sido revelada até então. Em 26 de julho do ano passado, no auge da crise do mensalão, Perillo enviou uma carta ao Conselho de Ética da Câmara na qual dizia que Lula teria dito “não ter conhecimento do assunto”.

Na carta, Perillo dizia: “Relatei ao senhor presidente da República que ouvia rumores sobre a existência de mensalão a parlamentares [...] Ele disse que não tinha conhecimento e que ia tomar as providências que o assunto requeria”.

A carta foi ignorada na denúncia da Procuradoria Geral da República e não consta do relatório da CPI dos Correios, que apurou o caso. Perillo não respondeu por que só citou a conversa em detalhe agora. A declaração foi dada enquanto aguardava Geraldo Alckmin (PSDB) em Jataí (GO).

Mais tarde, Alckmin comentou a fala de Perillo: “Essa história de que não sabia de nada, é evidente que ninguém acredita nisso. Não há compromisso com a verdade. Veja a questão do [Paulo] Okamoto, fala uma coisa e depois fala outra, os ministros que saíram, grandes amigos e depois diz que os demitiu”, disse citando o conflito de versões dadas para explicar o pagamento de uma dívida de Lula com o PT, paga por Okamoto, amigo do presidente.

Há dois meses, já licenciado do cargo para concorrer ao Senado, Perillo disse à Polícia Federal que soube do caso por meio da deputada Raquel Teixeira (PSDB-GO), que teria recebido de deputado Sandro Mabel (PL-GO) proposta de R\$ 1 milhão para mudar de partido. Mabel foi absolvido pela Câmara, e Raquel Teixeira foi adveritida.

O escândalo do mensalão foi investigado por duas CPIs. No total, 19 deputados foram acusados pela CPI, mas quatro renunciaram antes da abertura dos processos. Outros 15 enfrentaram processos, mas apenas três tiveram mandatos cassados: José Dirceu (PT-SP), Pedro Corrêa (PE) e Roberto Jefferson. O processo de José Jucá (PP-PI), licenciado, segue pendente até hoje.

Por falta de espaço devido ao tamanho da íntegra, o relatório de Silvio Navarro foi cortado. O texto completo pode ser lido no site do PSD.

Segundo Perillo, Lula teria dito: “Marconi, cuida dos seus deputados, que eu cuido dos meus”.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO:

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Alckmin evoca JK e Jânio para criticar Lula

DO ENVIADO A GOIÂNIA
DO ENVIADO A JATAÍ (GO)

Em visita a Goiás, o candidato Geraldo Alckmin (PSDB) evocou dois ex-presidentes para atacar o atual, Luiz Inácio Lula da Silva. O tucano, atraído nas pesquisas, também reclamou da imprensa. Em discurso no qual se comparou a Juscelino Kubitschek (1956-1961), Alckmin disse ontem que é preciso “acabar com a pasmaceira do governo Lula e do PT”, e que emprego “não se tira da cartola”. “Não é ficando nas nuvens, passeando de Aerolula, é pôr os pés no chão, no barro, na poeira”, disse.

A declaração de Alckmin foi feita em comício em Jataí (328 km de Goiânia), onde JK anunciou plano de erguer Brasília para abrigar a capital federal em 1955. A comparação começou na fala do ex-governador Marconi Perillo (PSDB), candidato ao Senado, a quem Alckmin chamou de “irmão e amigo de fato”.

“As coincidências são muitas. JK mudou Minas, o sr. mudou São Paulo. Ele era médico, o sr. também”, disse Perillo. A tarde, em Goiânia, Alckmin evocou Jânio Quadros e disse ser necessário “varrer a corrupção”. A vassoura era o símbolo do político que renunciou em 1961.

Não adianta ele [Lula] falar que não sabia do mensalão. Eu o avisei em Rio Verde. E ele me falou: ‘Marconi, cuida dos seus deputados, que eu cuido dos meus’

MARCONI PERILLO, hoje ex-governador de Goiás

Relatei ao sr. presidente que ouviu rumores sobre a existência de mensalão (...). Ele disse que não tinha conhecimento e que ia tomar as providências

em 26.jul.05, em carta ao Conselho de Ética

O SR MARCOS GUERRA (PSDB – ES sem apanhamento taquigráfico.) – Sr Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “Ficou ainda pior”, publicada pela revista **Veja** em sua edição de 18 de outubro de 2006.

A reportagem destaca que o relatório do TCU afirma que o dinheiro das cartilhas pode ter sido usado para pagar dívida do PT.

Ficou ainda pior

Relatório do TCU diz que dinheiro das cartilhas pode ter pago dívida do PT

Julia Duailibi

Em sua edição de 13 de setembro, VEJA revelou a justificativa dada pelo governo ao Tribunal de Contas da União (TCU) para o desaparecimento de 2 milhões de encartes e revistas de propaganda institucional pagos com dinheiro público. O governo informou ao TCU que o material, sobre o qual não há registro nas repartição oficiais, havia sido entregue diretamente pelas gráficas ao Partido dos Trabalhadores. Segundo a Secretaria de Comunicação da Presidência da República (Secom), responsável pela elaboração da propaganda, isso ocorreu porque o PT se dispôs a distribuir os encartes e revistas à população, com o objetivo de baratear os custos para os cofres do Estado. Diante da explicação do governo, o ministro Ubiratan Aguiar, relator do processo que investiga o caso, afirmou, em voto proferido no mês passado, ter havido uma confusão inadmissível entre os interesses do governo e os de um parlamento político. Ele determinou, ainda, que o ex-ministro Luiz Gushiken, na ocasião à frente da Secom, e outros nove funcionários devolvessem ao

Erário o valor gasto com o material supostamente entregue ao PT, além daquele despendido com outros 3 milhões de exemplares efetivamente distribuídos, mas produzidos a preços superfaturados. O total do dinheiro a ser reembolsado alcança 11 milhões de reais.

Na semana passada, VEJA teve acesso às 32 páginas do relatório técnico do TCU sobre o assunto e descobriu que o caso é bem complicado. Para os auditores do tribunal, há a hipótese de que os 2 milhões de encartes e revistas não tenham sido sequer produzidos e que o dinheiro pago pela Secom às gráficas serviu, na verdade, para remunerar serviços eleitorais feitos por elas ao próprio PT. A versão de que as cartilhas foram entregues ao PT seria, portanto, apenas uma desculpa para encobrir o crime de desvio de dinheiro público. Ao todo, dos 25 pontos fornecidos pela Secom para tentar comprovar a existência do material gráfico e a sua consequente distribuição, dezenove foram rechaçados pelos técnicos do tribunal. Os outros seis são compostos apenas de dados acessórios.

A mixórdia de versões da Seção com é grande. De acordo com a secretaria, 1 000 exemplares foram entregues diretamente ao escritório da Presidência da República em São Paulo. Os

do encaminhamento das revistas ao Partido dos Trabalhadores ser instrução, tendo em vista os elementos presentes nos autos. Todavia, oito dito, que não houve o envolvimento de nenhum outro partido político afastar a hipótese, segundo a qual os documentos fiscais direcionados para constituir crédito do partido para com as gráficas. Essa é uma necessidade de instrumentos de que não dispõe este Tribunal. Por essa razão que seja encaminhada cópia desta instrução ao Ministério Público e que entender cabível.

- 1.000 exemplares da revista que foram entregues no escritório da Presidência da República na sede do Palácio do Planalto, em 2007.

A NF 39007 (fl. 70 do anexo 2) não tem comprovação de recebimento, pois é a única das notas fiscais da Kriativa ora apresentadas em que o campo de recibo, localizado na parte inferior do documento, não foi copiado. Assim, não pode ser acatada.

- 276 640 exemplares da revista que foram entregues ao diretório nacional do Partido dos Trabalhadores em São Paulo. Fiscais 39316 20251 20781 20783 e 40145

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras e Srs Senadores, volto à tribuna no dia de hoje para comentar a matéria intitulada “Outra violação de sigilo”, publicada pelo jornal **Correio Braziliense** em sua edição de 23 de setembro de 2006.

A reportagem destaca que antes da explosão do escândalo do dossiê, o ex-diretor de gestão do Banco do Brasil, Expedito Afonso Veloso, quebrou o sigilo do empreiteiro paulista Abel Pereira. As primeiras informações colhidas incitaram o PT a buscar provas contra os tucanos junto à família Vedoin.

Por fim, Sr. Presidente, requeiro que a matéria passe a integrar esse pronunciamento, a fim de que conste dos Anais do Senado Federal, para que no futuro os pesquisadores possam avaliar melhor o momento histórico e triste que vive o Brasil.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SRA. SENADORA LÚCIA VÂNIA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

OUTRA VIOLAÇÃO DE SIGILO

UGO BRAGA

DA EQUIPE DO CORREIO

Antes da explosão do escândalo do dossiê, o ex-diretor de gestão de risco do Banco do Brasil Expedito Afonso Veloso quebrou o sigilo bancário do empreiteiro paulista Abel Pereira, o mesmo que teria recebido própria da máfia dos sangueussugas em nome do atual prefeito de Piracicaba (SP) e ex-ministro da Saúde Barjas Negri (PSDB). Foram essas primeiras informações colhidas por Veloso nos extratos de Pereira que incitaram o PT a buscar provas contra os tucanos junto à família Vedoin.

A revelação dessa espécie de crime capital do escândalo foi passada ontem pela Polícia Federal ao deputado Fernando Gabeira (PV-RJ, sub-relator da CPI dos Sangueussugas).

“Não tenho aqui comigo os detalhes, mas o Expedito pegou dados de uma conta do Abel no Banco do Brasil”, confirmou o parlamentar. Segundo Gabeira, provavelmente o então diretor do BB repassou informações para os deputados do PT que integraram a CPI. “Eles (os petistas) Eduardo Valverde, de Rondônia, e Fernando Ferro, de Pernambuco) citaram o nome de Abel naquele primeiro depoimento que fizemos com o Nelsinho. Insistiram com ele para envolver o PSDB”, lembrou Gabeira.

O primeiro depoimento de Vedoin foi feito pela CPI na Superintendência da PF em Brasília, em 3 de agosto. Isso significa que, conforme a informação passada a Gabeira, desde então os petistas já estavam atrás de provas contra os tucanos. Ou seja, Veloso já teria bisbilhotado a conta bancária de Abel Pereira — crime que ao começo em março contra o casal Francenildo dos Santos Costa, e que provocou o indiciamento do ex-ministro da Previdência Antonio Palocci por quatro anos, pulos quais pode ser condenado a 15 anos de prisão.

“Pode ser um monte de coisa, mas que já poderia ter sido concluído esse rastreamento, isso poderia”

FERNANDO GABEIRA (PV-RJ)

Deputado da CPI

...

Expedito Veloso é personagem central do caso. Bancário ligado ao presidente nacional do PT, Ricardo Berzoini, ele havia se licenciado do cargo no Banco do Brasil para trabalhar na campanha do presidente Lula à reeleição. Foi pessoalmente a Cuiabá negociar com Luiz Antônio Vedoin, e estava presente à entrevista concedida por este à revista *Istoé*. Acabou demitido do BB na última quarta-feira. Nem ele nem Abel Pereira foram encontrados para comentar o assunto.

Papelada

Ao sair da PF, Gabeira levou um lote de documentos e trancou-os no cofre da CPI, instalado numa sala protegida do Senado. O deputado guardou lá todos os depoimentos tomados em Cuiabá e São Paulo, as fotos, fitas e DVD contra os tucanos e mais um relatório com informações bancárias do dinheiro apreendido em São Paulo com os petistas Valdebran Padilha e Gedimar Passos.

Ele defendeu a ideia de que agora o problema central é descobrir a origem da bolada, e soltou farpas na direção do governo. “Pode ser que tenha faltado tempo, pode ser que a PF não tenha equipe para fazer o trabalho, pode ser que o Coaf (Conselho de Controle das Atividades Financeiras, órgão estatal responsável por cobrir a lavagem de dinheiro) não trabalhe às sextas-feiras. Pode ser um monte de coisa, mas que já poderia ter sido concluído esse rastreamento, isso poderia”, frisou.

Pouco antes, o deputado Carlos Sampaio (PSDB-SP), também sub-relator da CPI, informou que vai pressionar o Coaf a revelar logo de onde saiu o dinheiro. Sampaio disse que a Polícia Federal já tem o nome de dois funcionários que estavam trabalhando em duas agências bancárias no dia em que foram sacados R\$ 1,1 milhão — ou seja, a parte do dinheiro realmente apreendida com os petistas.

PF OMITE O DINHEIRO E OS DONOS

UGO BRAGA

DA EQUIPE DO CORREIO

O ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, lançou mão de novo argumento para justificar a demora da Polícia Federal em apresentar o nome dos titulares das contas de onde saiu o R\$ 1,1 milhão com que o PT comprou o dossiê contra os tucanos. A investigação já dura uma semana, mas as normas do sistema financeiro permitiriam identificar os autores da movimentação em poucas horas. “Não se pode condicionar uma investigação policial à lógica e ao tempo de uma campanha eleitoral”, disse o ministro. “Não se pode prejudicar uma investigação para obter efeito eleitoral.”

A PF e o governo vêm agindo de for-

ma atípica no caso. Até agora, a imagem do dinheiro do PT vem sendo escondida a sete chaves — porque entre os políticos a crença é de que a exibição de numerário suspeito é fatal para qualquer candidato. Ontem mesmo, porém, a PF exibiu em sua página na internet a foto de R\$ 180 mil apreendidos na véspera, no Aeroporto Internacional de Campo Grande (MS), com o dono de uma empresa que coleta lixo na cidade, preso quando tentava embarcar para São Paulo.

O mesmo tratamento diferenciado marca o rastreamento dos titulares das contas bancárias de onde o dinheiro foi sacado. Todos os bancos são obrigados a avisar ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) sobre operações em espécie acima de R\$ 10 mil. O aviso é imediato e já chega com nome e CPF do correntista. A própria PF admite saber de quais agências dinheiro usado na transação do dossiê. A informação sobre os titulares das contas levaria algumas horas para ser obtida.

Foi o que aconteceu, por exemplo, no episódio da violação do sigilo bancário do casal Francenildo dos Santos Costa, no início do ano. Segundo inquérito da própria PF, o então presidente da Caixa Econômica Federal, Jorge Mattos, espiou os extratos bancários de Francenildo na noite de 16 de março, uma quinta-feira. No dia seguinte, assessores do Ministério da Fazenda buscaram no Coaf alguma informação que pudesse comprovar Nildo, apesar de a Caixa só ter feito a notificação formal na segunda-feira seguinte.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{os}s e Srs Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “General reclama de intimidação”, publicada pelo jornal Correio Braziliense em sua edição de 13 de outubro de 2006.

A matéria destaca que o presidente do clube militar, general de exército da reserva Gilberto Barbosa de Figueiredo, acusou em artigo os aliados do presidente Lula de quererem intimidar o país com a ameaça do emprego dos movimentos sociais e da violência anárquica.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO:

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)



**PRESIDENTE DO CLUBE MILITAR
INSINUA EM NOTA QUE ALIADOS
DE LULA TRAMAM GOLPE**

GENERAL RECLAMA DE “INTIMIDAÇÃO”

O presidente do Clube Militar, general-de-Exército da reserva Gilberto Barbosa de Figueiredo, acusou, num artigo, os aliados do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, candidato à reeleição, de quererem intimidar o país com “a ameaça do emprego dos movimentos sociais e da violência anárquica”, caso o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) decida impugnar a candidatura petista por descumprimento à legislação eleitoral no caso do dossiê Vedoin.

No artigo, intitulado “Um entendimento canhestro de golpismo”, o general lista todas as denúncias de corrupção contra a gestão Lula, como o escândalo do mensalão e a quebra do sigilo bancário do caseiro Francenildo Costa. “Todos esses fatos ocorreram com pessoas que comunham o círculo de auxiliares próximos e amigos do presidente”, afirma o general.

No texto, divulgado pelo site do Clube Militar, Figueiredo cobra explicações sobre a origem dos R\$ 1,7 milhão que seriam usados para pagar o dossiê e rebate acusações de golpe contra Lula. “Golpistas são os que, mesmo antes de conhecer a decisão de um tribunal, preparam-se para pregar o descumprimento de sua sentença”. E continua: “A lei parece bem clara, tanto que o TSE resolveu examinar o escândalo do dossiê, onde está sob suspeita a própria candidatura Lula”, diz o general.

Segundo o militar da reserva, “simpatizantes do atual governo, em face da embrulhada jurídica em que se meteu seu candidato, começaram a tachar de golpistas a todos quanto o acusam de haver transgredido a lei”. O presidente do Clube Militar conclui o texto dizendo que “o entendimento universal de golpismo orienta-se justamente em sentido oposto”.

A SRA. PRESIDENTE (Heloisa Helena. P-SOL – AL) – Embora ainda muito haja a tratar, mas não havendo oradores inscritos, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

A SRA. PRESIDENTE (Heloisa Helena. P-SOL – AL) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 15 horas e 41 minutos.)

ATO DA COMISSÃO DIRETORA

Nº 023 , DE 2006

A COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares, e considerando o disposto no Processo nº 002051/03-6/PRODASEN, especialmente as razões expostas no Parecer nº 170/2004-ADVOSF,

RESOLVE:

Art. 1º Aplica-se o disposto no art. 5º da Resolução nº 7, de 2002, aos Analistas de Informática Legislativa nomeados por força de aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos.

Art. 2º Este Ato, inclusive em relação a seus efeitos financeiros, entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 25 de outubro de 2006



Handwritten signatures of three individuals. The top signature is 'Heloisa Helena' with '25/10/2006' written below it. The middle signature is 'Rosângela'. The bottom signature is 'Tia Viana'.

PORTARIA DO DIRETOR-GERAL
Nº 236 , DE 2006

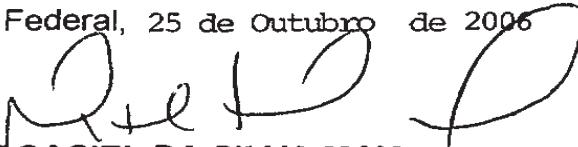
O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais que lhe confere o art. 320, da Resolução nº 09, de 1997, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal,

R E S O L V E:

I – Designar o servidor Francisco Ferreira Lima, matrícula 27525, para integrar, como membro, a Comissão Especial de que trata a Portaria nº 215/2006, do Diretor-Geral, incumbida de planejar e supervisionar, no âmbito regulamentar da Coordenação Administração das Residências Oficiais, os preparativos necessários à recepção dos Senadores eleitos para a 53º Legislatura.

II – Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, com os seus efeitos a partir do dia 1º de outubro de 2006.

Senado Federal, 25 de Outubro de 2006



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

PORTARIA DO DIRETOR-GERAL
Nº 237 , DE 2006

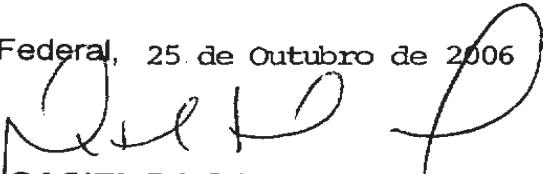
O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais que lhe confere o art. 320, da Resolução nº 09, de 1997, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal,

R E S O L V E:

I – Designar o servidor Jairo Torres, matrícula 27525, para integrar, como membro, a Comissão Especial de que trata a Portaria nº 205/2006, do Diretor-Geral.

II – Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, com os seus efeitos a partir do dia 1º de outubro de 2006.

Senado Federal, 25 de Outubro de 2006



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

PORTARIA DO DIRETOR-GERAL
Nº 238 , DE 2006

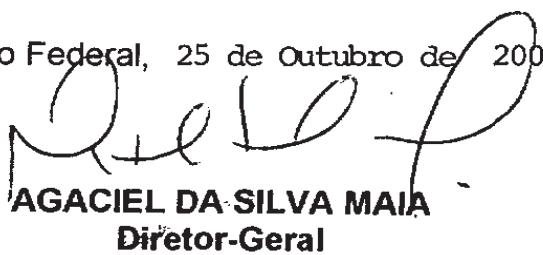
O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais que lhe confere o art. 320, da Resolução nº 09, de 1997, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal,

R E S O L V E:

I - Prorrogar até o dia 31 de dezembro o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão Especial de que trata a Portaria nº 92, de 2006, do Diretor-Geral, incumbida de promover a reforma do Plenário.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com os seus efeitos a partir do dia 24 de setembro de 2006.

Senado Federal, 25 de Outubro de 2006



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

PORTARIA DO DIRETOR-GERAL
Nº 239 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 320, do Regulamento Administrativo, conforme a redação dada pela Resolução nº 9, de 1997,

Considerando que a implantação do Sistema Brasileiro de Televisão Digital, criado pelo Decreto nº 5.820/06 é um grande passo que o país está dando para a inclusão digital, procurando dar à população brasileira não só uma televisão com tecnologia superior à que existe nos dias de hoje, mas também um aparelho que permite navegação na Internet.

Considerando que as alterações previstas no referido decreto afetarão sobremaneira o funcionamento da TV Senado, exigindo a elaboração de plano de medidas necessários para que aquele órgão cumpra o calendário de migração da transmissão analógica para a digital.

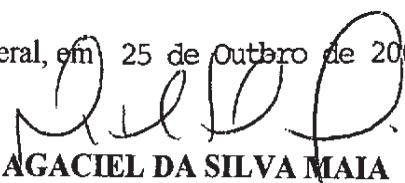
Considerando que o atual modo de transmissão será extinto em dez anos, e segundo determinada o citado diploma legal, estações geradoras como a TV Senado precisam apresentar ao Ministério das Comunicações, em prazo não superior a seis meses um projeto de instalação da estação transmissora dentro das novas condições estabelecidas, sob pena de ter revogado a consignação do canal.

R E S O L V E:

Art. 1º – Instituir Comissão Especial com a finalidade de promover estudos, desenvolver e implementar ajustes necessários de formato que possibilite preparar e implementação a inserção da TV Senado no Sistema Brasileiro de Televisão Digital, criado pelo Decreto nº 5.820/06, de iniciativa do Poder Executivo.

Art. 2º - Designar para compor a Comissão Especial os servidores James Gama, matrícula 185167, como Presidente e, na qualidade de membros os servidores Agnaldo Scárdua, matrícula 40682, Aires P. das Neves Júnior, matrícula 105380, Deomar Rosado, matrícula 104842, Clayton Ferreira de Lira, matrícula 54577, Ricardo Guedes Acioli Toscano, matrícula 54784, Maria da Conceição Lima Alves, matrícula 54206, Luiz Fernando Fauth, matrícula 55624, Marcus Augustus Martins, matrícula 197157 e Max Fabiano Barros Gomes, matrícula 54401.

Art. 3º – Fixar até o dia 31 de dezembro o prazo para a conclusão dos trabalhos, com efeitos a partir do dia 1º de outubro de 2006.

Senado Federal, em 25 de Outubro de 2006

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 2085 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução nº 09, de 1997, **RESOLVE**:

Designar o servidor **ALEXANDRE FREITAS SANTOS LANG**, matrícula 103369/PD, ocupante do cargo de Técnico de informática Legislativa, do Quadro de Pessoal do Prodasel, para exercer a função comissionada, símbolo FC-06, de Assistente Técnico, com lotação e exercício no Serviço de Infra-estrutura de Estações de Trabalho – SIET, da Secretaria Especial de Informática do Senado Federal – PRODASEN.

Senado Federal, em 25 de Outubro de 2006



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

Ato elaborado por: Luiz Mário Porto
Ato conferido por: Karla Leite de Castro

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 2086 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução nº 09, de 1997, **RESOLVE**:

Designar o servidor **ORLANDO CASIMIRO DE OLIVEIRA**, matrícula 101634/PD, ocupante do cargo de Técnico de informática Legislativa, do Quadro de Pessoal do Prodasel, para exercer a função comissionada, símbolo FC-06, de Assistente Técnico, com lotação e exercício no Serviço de Supervisão de Rede – SRD, da Secretaria Especial de Informática do Senado Federal – PRODASEN.

Senado Federal, em 25 de Outubro de 2006



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

Ato elaborado por: Luiz Mário Porto
Ato conferido por: Karla Leite de Castro

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 2087 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução nº 09, de 1997, **RESOLVE**:

Dispensar, o servidor **CIRO FERREIRA ALBERNAS**, matrícula 104726/PD, ocupante do cargo de Técnico de Informática Legislativa, do Quadro de Pessoal do Prodasel, da função comissionada, símbolo FC-06, de Assistente Técnico, da Secretaria Especial de Informática do Senado Federal – PRODASEN.

Senado Federal, em 25 de Outubro de 2006



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

Ato elaborado por: Luiz Mário Porto
Conferido por: Karla Leite de Castro

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 2088 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução nº 09, de 1997, **RESOLVE**:

Dispensar, o servidor **PAULO DE CASTRO**, matrícula 102511/PD, ocupante do cargo de Técnico de Informática Legislativa, do Quadro de Pessoal do Prodasel, da função comissionada, símbolo FC-06, de Assistente Técnico, da Secretaria Especial de Informática do Senado Federal – PRODASEN.

Senado Federal, em 25 de Outubro de 2006



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

Ato elaborado por: Luiz Mário Porto
Conferido por: Karla Leite de Castro

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 2089 , DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Resolução do Senado Federal nº 7, de 2002,

RESOLVE:

Tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral nº 2053, publicado no Boletim Administrativo de Pessoal do Senado Federal nº 3589, de 19 de outubro de 2006, que designou **NOEME FERREIRA CASTELLO BRANCO**, para exercer a função comissionada , símbolo FC-6, da Diretoria-Geral.

Senado Federal, em 25 de Outubro de 2006



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2090 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 014862/06-9,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **DIEGO VELOSO FERREIRA** para exercer o cargo, em comissão, de Assessor Técnico do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do PL.

Senado Federal, em 25 de Outubro de 2006



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

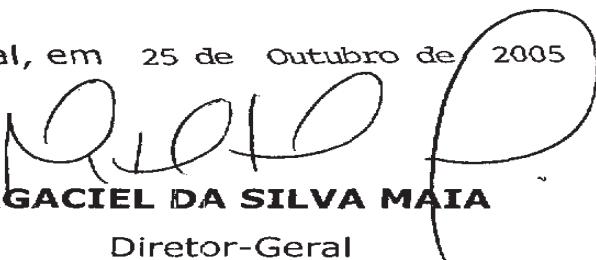
ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº 2091 , de 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta do Processo nº 007.029/90-0.

RESOLVE alterar o Ato do Presidente nº 111/1990, que aposentou, voluntariamente, com proventos integrais, o ex-servidor do Quadro de Pessoal do Senado Federal, falecido em 06 de abril de 1999, **LUIZ DO NASCIMENTO MONTEIRO**, Analista Legislativo, Nível III, Padrão 45, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, para substituir a vantagem 20% de acréscimo, pelas vantagens previstas na Resolução (SF) nº 74, de 1.994, combinado com o Ato do Diretor-Geral nº 148, de 1994, observando-se o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, em 25 de Outubro de 2005


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-GeralATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2092 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução nº 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 015786/06-4,

RESOLVE dispensar a servidora ELOISA AMARAL DE V. MONTEIRO, matrícula 37737, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Técnico Legislativo, Símbolo FC-6, da Diretoria-Geral, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Chefe de Serviço, Símbolo FC-7, do Serviço de Publicações e Pesquisa da Subsecretaria de Projetos Especiais, a partir de 23 de outubro de 2006.

Senado Federal, 25 de Outubro de 2006


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2093 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 015665/06-2,

RESOLVE dispensar o servidor JAYME SEBASTIÃO MARTINS LOURENÇO, matrícula 30603, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador João Ribeiro, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador Leomar Quintanilha, a partir de 19 de outubro de 2006.

Senado Federal, 25 de Outubro de 2006



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

Elaborado por Jorge Macedo

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 2094 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 015790/06-1,

RESOLVE designar o servidor ALMIR SANTOS GRANADO DA SILVA, matrícula 17271, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, da Secretaria Especial de Comunicação Social, a partir de 23 de outubro de 2006.

Senado Federal, 25 de Outubro de 2006



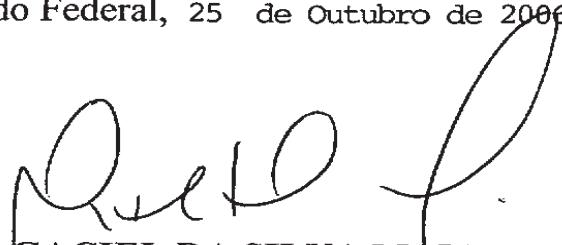
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 2095 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 015787/06-0,

RESOLVE designar o servidor JONAS POSSIDONIO DE LIMA, matrícula 21444, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, da Secretaria Especial de Comunicação Social, a partir de 23 de outubro de 2006.

Senado Federal, 25 de Outubro de 2006



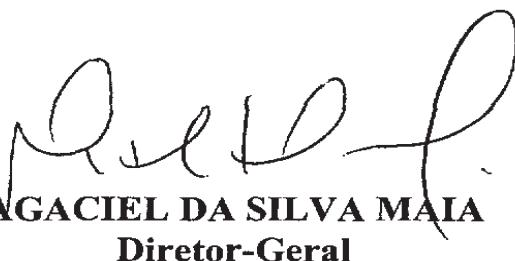
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 2096 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 015791/06-8,

RESOLVE designar o servidor PEDRO RODRIGUES SOARES, matrícula 27951, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, da Secretaria Especial de Comunicação Social, a partir de 23 de outubro de 2006.

Senado Federal, 25 de Outubro de 2006



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 2097 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 015789/06-3,

RESOLVE designar o servidor FRANCISCO FERREIRA MENDES, matrícula 27914, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, da Secretaria Especial de Comunicação Social, a partir de 23 de outubro de 2006.

Senado Federal, 25 de Outubro de 2006



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 2098 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 015788/06-7,

RESOLVE designar o servidor JOSÉ AUDILIO FERREIRA LIMA, matrícula 28049, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, da Secretaria Especial de Comunicação Social, a partir de 23 de outubro de 2006.

Senado Federal, 25 de Outubro de 2006



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 52ª LEGISLATURA

Bahia

PFL – Rodolpho Tourinho*^S
PFL – Antonio Carlos Magalhães **
PFL – César Borges**

Rio de Janeiro

BLOCO-PT – Roberto Saturnino*
PRB – Marcelo Crivella**
PMDB – Sérgio Cabral**

Maranhão

PMDB – João Alberto Souza *
PFL – Edison Lobão**
PFL – Roseana Sarney **

Pará

PMDB – Luiz Otávio*
BLOCO-PT – Ana Júlia Carepa**
PSDB – Flexa Ribeiro**^S

Pernambuco

PFL – José Jorge*
PFL – Marco Maciel**
PSDB – Sérgio Guerra**

São Paulo

BLOCO-PT – Eduardo Suplicy*
BLOCO-PT – Aloizio Mercadante**
PFL – Romeu Tuma**

Minas Gerais

BLOCO-PL – Aelton Freitas*^S
PSDB – Eduardo Azeredo**
PMDB – Wellington Salgado de Oliveira**^S

Goiás

PMDB – Maguito Vilela*
PFL – Demóstenes Torres **
PSDB – Lúcia Vânia**

Mato Grosso

PSDB – Antero Paes de Barros *
PFL – Jonas Pinheiro **
BLOCO-PT – Serys Slhessarenko**

Rio Grande do Sul

PMDB – Pedro Simon*
BLOCO-PT – Paulo Paim**
PTB – Sérgio Zambiasi**

Ceará

PSDB – Luiz Pontes*
BLOCO-PSB – Patrícia Saboya Gomes**
PSDB – Tasso Jereissati**

Paraíba

PMDB – Ney Suassuna *
PFL – Efraim Moraes**
PRB – Roberto Cavalcanti **^S

Espírito Santo

PSDB – João Batista Motta*^S
PSDB – Marcos Guerra**^S
BLOCO-PL – Magno Malta**

Piauí

PMDB – Alberto Silva*
PFL – Heráclito Fortes**
PMDB – Mão Santa **

Rio Grande do Norte

PTB – Fernando Bezerra*
PMDB – Garibaldi Alves Filho**
PFL – José Agripino**

Santa Catarina

PFL – Jorge Bornhausen *
BLOCO-PT – Ideli Salvatti**
PSDB – Leonel Pavan **

Alagoas

P-SOL – Heloísa Helena*
PMDB – Renan Calheiros**
PSDB – Teotonio Vilela Filho**

Sergipe

PFL – Maria do Carmo Alves *
PMDB – Almeida Lima**
BLOCO-PSB – Antônio Carlos Valadares**

Mandatos

*: Período 1999/2007 **: Período 2003/2011

Amazonas

PMDB – Gilberto Mestrinho*
PSDB – Arthur Virgílio**
PDT – Jefferson Péres**

Paraná

PSDB – Alvaro Dias *
BLOCO-PT – Flávio Arns**
PDT – Osmar Dias**

Acre

BLOCO-PT – Tião Viana*
PMDB – Geraldo Mesquita Júnior**
BLOCO-PT – Sibá Machado**^S

Mato Grosso do Sul

PSDB – Juvêncio da Fonseca*
PT – Delcídio Amaral **
PMDB – Ramez Tebet**

Distrito Federal

PTB – Valmir Amaral*^S
PDT – Cristovam Buarque **
PFL – Paulo Octávio **

Tocantins

PSDB – Eduardo Siqueira Campos*
BLOCO-PL – João Ribeiro **
PC do B – Leomar Quintanilha**

Amapá

PMDB – José Sarney *
PMDB – Geovani Borges**
PSDB – Papaléo Paes**

Rondônia

PMDB – Amir Lando*
BLOCO-PT – Fátima Cleide**
PMDB – Valdir Raupp**

Roraima

PTB – Mozarildo Cavalcanti*
PDT – Augusto Botelho**
PMDB – Romero Jucá**

SECRETARIA DE COMISSÕES		
Diretora	Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz	Ramais: 3488/89/91 Fax: 1095

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO		
Diretor	Wanderley Rabelo da Silva	(Ramal: 3623 – Fax: 3606)
Secretários	Francisco Naurides Barros Hermes Pinto Gomes Irani Ribeiro dos Santos Verônica de Carvalho Maia José Augusto Panisset Santana Izaias Faria de Abreu Angélica Passarinho Mesquita	(Ramal: 3508) (Ramal: 3510) (Ramal: 4854) (Ramal: 3511) (Ramal: 4854) (Ramal: 3514) (Ramal: 3501)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS		
Diretor	Sérgio da Fonseca Braga	(Ramal: 3507 – Fax: 3512)
Secretários	Maria de Fátima Maia de Oliveira Ivanilde Pereira Dias de Oliveira Maria Consuelo de Castro Souza Rilvana Cristina de Souza Melo	(Ramal: 3520) (Ramal: 3503) (Ramal: 3504) (Ramal: 3509)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES			
Diretor	José Roberto Assumpção Cruz	(Ramal: 3517)	
Secretários	CAE CAS CCJ CE CMA CDH CRE CI CDR CRA	Luiz Gonzaga Silva Filho Gisele Ribeiro de Toledo Camargo Gildete Leite de Melo Júlio Ricardo Borges Linhares José Francisco B. de Carvalho Altair Gonçalves Soares Maria Lúcia Ferreira de Mello Celso Antony Parente Ednaldo Magalhães Siqueira Marcello Varella	(Ramal: 4605) (Ramal: 4608) (Ramal: 3972) (Ramal: 4604) (Ramal: 3935) (Ramal: 1856) (Ramal: 4777) (Ramal: 4354) (Ramal: 3517) (Ramal: 3506)

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) Comissão Externa, composta de oito Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, com a finalidade de acompanhar as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Estado do Pará.

(Ato do Presidente nº 8, de 2005)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa – PT/ PA

Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA

Relator: Demóstenes Torres – PFL/GO

Ana Júlia Carepa – PT/ PA
Eduardo Suplicy – PT/SP
Fátima Cleide – PT/RO
Flexa Ribeiro – PSDB/PA
Luiz Otávio – PMDB/PA
Demóstenes Torres – PFL/GO
Serys Slhessarenko – PT/MT
Sibá Machado – PT/AC

Prazo Final: 18.3.2005

Designação: 16.2.2005

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE (27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB
Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	7. João Batista Motta – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotonio Vilela Filho – PSDB
PMDB	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	3. Wellington Salgado de Oliveira
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Almeida Lima
José Maranhão	8. Gilvam Borges
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aloizio Mercadante – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Ana Júlia Carepa – PT	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Eduardo Suplicy – PT	4. Roberto Saturnino – PT
Fernando Bezerra – PTB	5. Flávio Arns – PT
João Ribeiro - PL	6. Sibá Machado – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	7. Serys Slhessarenko – PT
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
 Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
 Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
 E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS MUNICIPAIS**(9 titulares e 9 suplentes)****Presidente: Senador Garibaldi Alves Filho - PMDB****Vice-Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL****Relator:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL ⁽⁴⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	4. Lúcia Vânia – PSDB
PMDB	
Mão Santa	1. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	2. (vago) ⁽³⁾
Ney Suassuna ⁽¹⁾	3. Serys Slhessarenko ⁽¹⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	2. Roberto Saturnino – PT
PDT	

⁽¹⁾ Vaga decidida em comum acordo entre o PMDB e o Bloco de Apoio ao Governo.⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.⁽³⁾ O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.⁽⁴⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Sala nº 19 – Ala Sen. Alexandre Costa.

Telefones: 3311-3255, 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT
Vice-Presidente: Senador Rodolpho Tourinho - PFL

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Rodolpho Tourinho - PFL	1. (vago)
Edison Lobão - PFL	2. Almeida Lima – PMDB ⁽⁴⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
PMDB	
Luiz Otávio	1. (vago) ⁽³⁾
Sérgio Cabral	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago) ⁽¹⁾
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ Vago, em virtude de o Senador Cristovam Buarque não mais pertencer à Comissão de Assuntos Econômicos.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

⁽⁴⁾ O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
 Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
 Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
 E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente: Senador César Borges - PFL
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB
Relator: Senador Ney Suassuna - PMDB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. Jonas Pinheiro – PFL ⁽³⁾
Paulo Octávio – PFL	2. José Jorge – PFL
Sérgio Guerra – PSDB	3. Lúcia Vânia - PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valdir Raupp
Pedro Simon	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Eduardo Suplicy – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PTB
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾
PDT	

Obs: em 19.11.2003 a Subcomissão aprovou o Relatório Final, que será submetido à apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos, nos termos do art. 73, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal.

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Aelton Freitas - PL
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. César Borges – PFL
Romeu Tuma – PFL	2. (vago) ⁽²⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Romero Jucá	1. Ney Suassuna
Valdir Raupp	2. Maguito Vilela
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. Ideli Salvatti – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Delcídio Amaral – PT
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS
(21 titulares e 21 suplentes)

Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB
Vice-Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes – PSB⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Marco Maciel – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	3. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	4. Romeu Tuma – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	5. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	6. Papaléo Paes
Lúcia Vânia – PSDB	7. Teotonio Vilela Filho – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Wellington Salgado de Oliveira
Romero Jucá	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
(vago) ⁽³⁾	6. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽¹⁾, PL)	
Antônio Carlos Valadares – PSB	1. Delcídio Amaral – PT
Flávio Arns – PT	2. Magno Malta – PL
Ideli Salvatti – PT	3. Eduardo Suplicy – PT
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁴⁾	4. Fátima Cleide – PT
Paulo Paim – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	6. (vago) ⁽⁵⁾
PDT	
Augusto Botelho	1. Cristovam Buarque

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁴⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
 Reuniões: Quintas – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
 Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
 E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA**(5 titulares e 5 suplentes)****Presidente: Senador Paulo Paim - PT****Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella – PMR ⁽²⁾****Relator:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Leonel Pavan - PSDB
PMDB	
Mão Santa	1. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Marcelo Crivella – PMR ⁽²⁾	1. (vago) ⁽³⁾
Paulo Paim - PT	2. Flávio Arns – PT
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.⁽²⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.⁽³⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretaria: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senador Papaléo Paes - PSDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PDT
Relator:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Flexa Ribeiro - PSDB
	2. Romeu Tuma - PFL
PMDB	
Papaléo Paes ⁽³⁾	1. (vago) ⁽²⁾
Mão Santa	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim - PT
PDT	
Augusto Botelho	

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Lúcia Vânia – PSDB
(vago) ⁽⁴⁾	2. Demóstenes Torres – PFL
PMDB	
Papaléo Paes ⁽³⁾	1. Mão Santa
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	
PDT	
	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

⁽⁴⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretaria: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL
Vice-Presidente: (vago)⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
João Batista Motta - PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB ⁽⁴⁾	9. Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽⁶⁾ (cedida pelo PSDB)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Gilvam Borges
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Romero Jucá	4. Almeida Lima
Amir Lando	5. Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁵⁾ (cedida pelo PMDB)
Pedro Simon	6. Garibaldis Alves Filho
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾ PL)	
Aloizio Mercadante – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Eduardo Suplicy – PT	2. Paulo Paim – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sérgio Zambiasi – PTB
Magno Malta – PL	4. Patrícia Saboya Gomes - PSB
Ideli Salvatti – PT	5. Sibá Machado – PT
Antônio Carlos Valadares – PSB	6. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Serys Slhessarenko – PT	7. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Maguito Vilela encontrava-se licenciado do cargo durante o período de 17.8.2005 a 13.1.2006, tendo sido substituído pelo Senador Romero Jucá. O Senador retornou ao exercício do cargo em 16.12.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Juvêncio da Fonseca comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 30.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁶⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

Secretária: Gildete Leite de Melo
 Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
 Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
 E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

**3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR
(5 membros)**

**3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator: Geral:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. (vago)
César Borges – PFL	2. (vago)
Tasso Jereissati – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
PMDB	
Pedro Simon	1. (vago)
Garibaldi Alves Filho	2. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Serys Slhessarenko – PT (vago)	1. Sibá Machado – PT 2. Fernando Bezerra – PTB
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Gerson Camata - PMDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho – PDT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Roseana Sarney – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
José Jorge – PFL	3. César Borges – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Cristovam Buarque – PDT ⁽⁸⁾ (cedida pelo Bloco da Minoria)
Edison Lobão – PFL	5. Marco Maciel – PFL
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁵⁾ (cedida pelo PFL) ⁽¹⁾	6. Romeu Tuma – PFL
Teotonio Vilela Filho – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽⁷⁾ (cedida pelo PSDB)	8. Sérgio Guerra – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	9. Lúcia Vânia – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Juvêncio da Fonseca – PSDB
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Amir Lando
Ney Suassuna	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Gilvam Borges
Gerson Camata	4. (vago) ⁽⁴⁾
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
José Maranhão	6. Luiz Otávio
Maguito Vilela	7. Romero Jucá
Gilberto Mestrinho	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. (vago) ⁽⁶⁾
Paulo Paim – PT	2. Aloizio Mercadante – PT
Fátima Cleide – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Flávio Arns – PT	4. Delcídio Amaral – PT
Ideli Salvatti – PT	5. Antônio Carlos Valadares – PSB
Roberto Saturnino – PT	6. Magno Malta – PL
Mozarildo Cavalcanti – PTB	7. Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽³⁾
Sérgio Zambiasi – PTB	8. João Ribeiro – PL
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

⁽¹⁾ Vaga cedida ao PDT, que por sua vez cedeu ao PL, nos termos do Ofício nº 027/05-GLPFL, de 03.03.2005.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ O Senador Paulo Paim passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 273/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

⁽⁷⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

⁽⁸⁾ O Senador Cristovam Buarque ocupa vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Minoria à Bancada do PDT, nos termos do Ofício nº 100/05-GLPDT, de 9.10.2005.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: Terças – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121

E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO E COMUNICAÇÃO SOCIAL
(12 titulares e 12 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB
Vice-Presidente: Demóstenes Torres – PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Maria do Carmo Alves - PFL
Marcelo Crivella – PMR ⁽¹⁾ ⁽⁵⁾	2. Romeu Tuma – PFL
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽²⁾ ⁽⁶⁾	3. Edison Lobão – PFL
Leonel Pavan - PSDB	4. Reginaldo Duarte - PSDB
PMDB	
Sérgio Cabral	1. (vago) ⁽⁴⁾
Valdir Raupp	2. Luiz Otávio
Wellington Salgado de Oliveira	3. (vago)
(vago) ⁽⁷⁾	4. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽³⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Paulo Paim – PT
(vago)	2. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	3. (vago)
Sérgio Zambiasi – PTB	4. (vago)

⁽¹⁾ Vaga cedida pelo PFL

⁽²⁾ Vaga cedida pelo PSDB

⁽³⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

⁽⁷⁾ A Senadora Íris de Araújo deixa o exercício do cargo em 15.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
 Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
 Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121
 E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
(9 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Flávio Arns - PT
Vice-Presidente: Senadora Lúcia Vânia - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Marco Maciel – PFL (vago) ⁽³⁾	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	2. Augusto Botelho – PDT (cedida pelo PFL)
	3. Eduardo Azeredo – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Gilberto Mestrinho
Wellington Salgado de Oliveira	2. (vago) ⁽²⁾
Valdir Raupp	3. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Flávio Arns – PT	2. Antônio Carlos Valadares – PSB
Delcídio Amaral – PT	3. Aelton Freitas – PL

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
 Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.
 Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121
 E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
(7 titulares e 7 suplentes)

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE
(7 titulares e 7 suplentes)

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE - CMA**
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B⁽⁴⁾
Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
César Borges – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL ⁽²⁾	3. Roseana Sarney – PFL
Teotonio Vilela Filho - PSDB	4. Almeida Lima – PMDB ⁽³⁾
Arthur Virgílio – PSDB	5. Leonel Pavan – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	6. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Gilvam Borges	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. Sérgio Cabral
Valdir Raupp	4. Amir Lando
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	5. Mão Santa
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Ana Júlia Carepa – PT	2. Fátima Cleide – PT
Sibá Machado – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
João Ribeiro - PL	4. Ideli Salvatti – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Flávio Arns – PT
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005.

⁽³⁾ O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral – PTB⁽¹⁾**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. (vago)
PMDB	
Valmir Amaral - PTB ⁽¹⁾	1. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	2. (vago)
PDT	

⁽¹⁾ O Senador Valmir Amaral comunicou que desfilou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfilou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSEGUIMENTO DAS INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

Vice-Presidente: Senador César Borges - PFL

Relator: Senador João Alberto Souza - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. João Ribeiro - PL ⁽¹⁾
PMDB	
(vago)	1. Luiz Otávio
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago)
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O Senador João Ribeiro desfiliou-se do PFL e filiou-se ao PL, conforme comunicação de 29.03.2005

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
 Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
 Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
 E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PDT
Vice-Presidente: Senador Paulo Paim - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL (vago) ⁽⁶⁾	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Demóstenes Torres – PFL
José Agripino – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Romeu Tuma – PFL	4. (vago)
Juvêncio da Fonseca – PSDB	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Lúcia Vânia – PSDB	6. Arthur Virgílio – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁵⁾	1. Luiz Otávio
Maguito Vilela	2. (vago) ⁽⁷⁾
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. (vago) ⁽²⁾
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Magno Malta - PL
Fátima Cleide – PT	2. Sibá Machado – PT
Ana Júlia Carepa - PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁴⁾	4. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Paulo Paim – PT	5. Aelton Freitas – PL
PDT	
Cristovam Buarque	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽⁴⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁶⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽⁷⁾ O Senador Maguito Vilela passou a ocupar vaga de titular em 18/01/2006, nos termos do Of. GLPMDB nº 12/2005, da Liderança do PMDB.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
 Reuniões: Terças – Feiras às 12:00 horas – Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
 Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
 E – Mail: altairgs@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA IGUALDADE RACIAL E INCLUSÃO - IRI
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim - PT
Vice-Presidente: Senador Mão Santa - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Reginaldo Duarte – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
(vago)	3. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	1. Luiz Otávio
Mão Santa	2. José Maranhão
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Paulo Paim – PT	1. Cristovam Buarque – PDT ⁽²⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
 Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
 Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
 E – Mail: altairgs@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO - IDO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB
Vice-Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Maria do Carmo Alves – PFL
Lúcia Vânia – PSDB	2. Sérgio Guerra – PSDB
(vago)	3. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽³⁾	1. (vago) ⁽²⁾
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. (vago)
Flávio Arns – PT	2. Paulo Paim – PT

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
 Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
 Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
 E – Mail: altairgs@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Roberto Saturnino - PT
Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Ramez Tebet
Pedro Simon	2. Valdir Raupp
Mão Santa	3. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	4. (vago) ⁽⁴⁾
Gerson Camata	5. (vago) ⁽¹⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽³⁾, PL)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Marcelo Crivella – PMR ⁽⁵⁾
Eduardo Suplicy – PT	2. (vago) ⁽⁶⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	3. Aelton Freitas – PL
Roberto Saturnino – PT	4. Ana Julia Carepa – PT
Sérgio Zambiasi – PTB	5. Fernando Bezerra – PTB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O Senador Mário Calixto deixa o exercício do cargo em 22.03.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽²⁾ O Senador Valmir Amaral comunicou que desfiliou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfiliou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

⁽³⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ A Senadora Serys Slhessarenko passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 274/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
 Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
 Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
 E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
Eduardo Azeredo – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. João Batista Motta ⁽²⁾
Mão Santa	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Sérgio Zambiasi – PTB
Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾	2. Aelton Freitas – PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador João Batista Motta passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 31.8.2005

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

Secretaria: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

E – Mail: sscomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma - PFL	1. Marco Maciel - PFL
Arthur Virgílio - PSDB	2. Flexa Ribeiro - PSDB
PMDB	
Valdir Raupp	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. (vago) ⁽²⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa -PT	1. Cristovam Buarque – PDT ⁽³⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Aelton Freitas - PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

⁽³⁾ O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
 Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
 E – Mail: sscomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Demóstenes Torres – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB	8. Papaléo Paes – PSDB
Teotonio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Romero Jucá
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Ney Suassuna	4. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	5. Wellington Salgado
Mão Santa	6. Valmir Amaral - PTB ⁽³⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾PL, PL)	
Delcídio Amaral – PT	1. (vago) ⁽²⁾
Magno Malta – PL	2. Paulo Paim – PT
Roberto Saturnino – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Sérgio Zambiasi – PTB	4. Fátima Cleide – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Sibá Machado – PT	6. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	7. João Ribeiro - PL
PDT	
Cristovam Buarque	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Roberto Saturnino passou a integrar a Comissão como titular, em vaga existente, nos termos do Ofício nº 327/2005 de 15.12.2005.

⁽⁸⁾ Vaga cedida pelo PMDB ao Senador Valmir Amaral, nos termos do Ofício nº 24/06-GLPMDB, de 31.1.2006.

Secretária: Dulcídia Ramos Calhao
 Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
 Telefone: 3311-4607 Fax: 3311-3286
 E – Mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotonio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho	1. Ney Suassuna
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. (vago) ⁽³⁾
Fátima Cleide – PT	2. Delcídio Amaral – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sibá Machado – PT
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Sérgio Zambiasi – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	5. Aelton Freitas – PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretário: Ednaldo Magalhães Siqueira
 Reuniões: Quartas – Feiras às 14 horas
 Telefone: 3311-4282 Fax: 3311-1627
 E – Mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Guerra - PSDB
Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Demóstenes Torres – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Heráclito Fortes – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
PMDB	
Ramez Tebet	1. Wellington Salgado de Oliveira
Pedro Simon	2. Romero Jucá
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	3. Amir Lando
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Serys Slhessarenko – PT
Aelton Freitas – PL	2. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	3. Magno Malta – PL
Ana Júlia Carepa – PT	4. Sérgio Zambiasi – PTB
João Ribeiro - PL	5. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾
PDT	
Osmar Dias	1. Cristovam Buarque

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Marcello Varella
 Reuniões: Quintas – Feiras às 12 horas –
 Telefone: 3311-3506 Fax:
 E – Mail: marcello@senado.gov.br

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
 (Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO
 (Eleita na Sessão do Senado Federal de 23/11/2005)

<u>1^a Eleição Geral</u> : 19.04.1995	<u>4^a Eleição Geral</u> : 13.03.2003
<u>2^a Eleição Geral</u> : 30.06.1999	<u>5^a Eleição Geral</u> : 23.11.2005
<u>3^a Eleição Geral</u> : 27.06.2001	

Presidente: Senador João Alberto Souza¹
Vice-Presidente: Senador Demóstenes Torres¹

BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Demóstenes Torres (PFL)	GO	2091	1. Jonas Pinheiro ² (PFL)	MT	2271
Sérgio Guerra (PSDB)	PE	2382	2. César Borges (PFL)	BA	2212
Heráclito Fortes (PFL)	PI	2131	3. M ^a do Carmo Alves(PFL)	SE	1306
Juvêncio da Fonseca ² (PSDB)	MS	1128	4. Leonel Pavan ² (PSDB)	SC	4041
Paulo Octávio (PFL)	DF	2011	5. Teotônio Vilela Filho ³ (PSDB)	AL	4093
Antero Paes de Barros(PSDB)	MT	4061	6. Arthur Virgílio (PSDB)	AM	1413
PMDB					
Wellington Salgado de Oliveira ⁵	MG	2244	1. Leomar Quintanilha ⁴ (PCdoB)-cessão	TO	2073
João Alberto Souza	MA	1415	2. Alberto Silva	PI	3055
Ramez Tebet	MS	2222	3. Valdir Raupp	RO	2252
Luiz Otávio	PA	3050	4. Geovani Borges ⁶	AP	1712
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)					
Sibá Machado (PT)	AC	2184	1. Eduardo Suplicy (PT) ⁷	SP	3213
Ana Júlia Carepa (PT)	PA	2104	2. (Vago)		
Fátima Cleide (PT)	RO	2391	3. (Vago)		
PDT					
Jefferson Péres	AM	2063	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB					
Mozarildo Cavalcanti	RR	4078	1. Valmir Amaral	DF	1961
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(Atualizada em 3.10.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
 Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP
 Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
 Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

¹ Eleito em 13.12.2005, na 1^a Reunião, de 2005, do Conselho de Ética.

² Eleito na Sessão do SF do dia 18.4.2006.

³ Retornou em 18.8.2006, após término de licenças concedidas de acordo com Requerimentos nº 455 e 456, de 2006 (DSF de 30.8.2006).

⁴ Passou a integrar o Conselho de Ética no lugar do Senador Gerson Camata, em vaga cedida pelo PMDB, de acordo com o OF. GLPMDB nº 318/2006, de 14.8.2006, e Ofício nº 269/2006, de 15.8.2006, aprovados na Sessão do SF de 5.9.2006.

⁵ Passou a integrar o Conselho de Ética no lugar do Senador Ney Suassuna, de acordo com Of. GLPMDB nº 319/2006, de 14.8.2006, aprovado na Sessão do SF de 5.9.2006.

⁶ Passou a integrar o Conselho de Ética no lugar do Senador Gilvam Borges, de acordo com Of. GLPMDB nº 319/2006, de 14.8.2006, aprovado na Sessão do SF de 5.9.2006.

⁷ Eleito na Sessão do SF do dia 3.10.2006. Indicado de acordo com o Ofício nº 32/2006-GLDBAG-CSCOM, de 6.9.2006.

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO¹

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG) ²	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS) ⁴	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL) ³	3º Corregedor Substituto

(Atualizada em 1º.9.2006)

Notas:

¹ Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

² Afastado em decorrência da posse como Ministro de Estado das Comunicações em 8.7.2005.

³ Retornou em 18.8.2006, após término de licenças concedidas de acordo com Requerimentos nº 455 e 456, de 2006 (DSF de 30.8.2006).

⁴ Retornou em 31.8.2006, após término da licença concedida de acordo com Requerimento nº 498, de 2006 (DSF de 1.9.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
scop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

COMPOSIÇÃO

Ramez Tebet (PMDB-MS)	PMDB e Bloco de Apoio ao Governo
Demóstenes Torres (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo
Amir Lando (PMDB-RO)	PMDB

(Atualizado em 09.06.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5257
scop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ
Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1^a Designação Geral : 03.12.2001
2^a Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko
Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMDB
Senador Papaléo Paes (AP) - PSDB
PFL
Senadora Roseana Sarney (MA)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Augusto Botelho (RR)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) – PMDB
PL
Senador Magno Malta (ES)
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE) – PSB

(Atualizada em 9.6.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
scop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Aldo Rebelo (PC do B/SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Tião Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PL-PE)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Efraim Moraes (PFL-PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Paulo Octávio (PFL-DF)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado João Caldas (PL-AL)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Henrique Fontana (PT-RS)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Senador Alvaro Dias (PSDB-PR)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Sigmaringa Seixas (PT-DF)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Alceu Collares (PDT-RS)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)

(Atualizada em 15.8.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6

Telefones: 3311-4561 e 3311-5258

scop@senado.gov.br

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: Arnaldo Niskier
Vice-Presidente: João Monteiro de Barros Filho¹

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO ²	EMANUEL SOARES CARNEIRO ²
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO ²
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO R. TONET CAMARGO	SIDNEI BASILE ²
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT ²	ROBERTO DIAS LIMA FRANCO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER ³	(VAGO)
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO	MÁRCIO LEAL
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA ²	STEPAN NERCESSIAN ²
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS ²	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO ²
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	SEGISNANDO FERREIRA ALENCAR
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ARNALDO NISKIER	GABRIEL PRIOLLI NETO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO	PHELIPPE DAOU
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO ²	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ ²
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO	PAULO MARINHO

1^a Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2^a Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

¹ Eleito na 2^a Reunião de 2006 do CCS, em 3.4.2006, em substituição ao Conselheiro Luiz Flávio Borges D'Urso.

² Reeleitos na sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004.

³ Eleito como suplente na Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004. Foi convocado como titular na 6^a Reunião de 2006 do CCS, realizada em 7.8.2006, em função do falecimento, em 30.5.2006, do Conselheiro Daniel Koslowsky Herz.

CONGRESSO NACIONAL CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA⁴

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante das empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhec. na área de comunicação social) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da cat. profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)⁵

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

⁴ Constituída na 11^a Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

⁵ Passou a fazer parte desta Comissão na Reunião Plenária de 5.6.2006.

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

COMPOSICÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)
Mesa Diretora eleita em 28.04.2005

Presidente: Senador SÉRGIO ZAMBIASI	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Deputado DR. ROSINHA	Secretário-Geral Adjunto: Deputado LEODEGAR TISCOSKI

MEMBROS NATOS

Senador ROBERTO SATURNINO (PT) Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputado ALCEU COLLARES (PDT) Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados
---	--

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)	
JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
PAULO OCTÁVIO (PFL/DF)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
SÉRGIO GUERRA (PSDB/PE)	3. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)

PMDB

PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
RAMEZ TEBET (PMDB/MS)	2. LEOMAR QUINTANILHA (PC do B/TO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PSB/PL)

SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. SERYS SLHESSARENKO (PT/MT)
EDUARDO SUPLICY (PT/SP)	2. (vago)

PDT

(vago)	1. (vago)
--------	-----------

PSOL (Resolução nº 2/2000-CN)

GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	1. (vago)
-----------------------------------	-----------

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PT	
DR. ROSINHA (PT/PR)	1. MANINHA (PSOL/DF)
MAURO PASSOS (PT/SC)	2. TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT/RS)

PMDB

EDISON ANDRINO (PMDB/SC)	1. OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)
--------------------------	------------------------------

Bloco PFL/Prona

GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. JOÃO HERRMANN NETO (PDT/SP)
-------------------------	--------------------------------

PSDB

JÚLIO REDECKER (PSDB/RS)	1. EDUARDO PAES (PSDB/RJ)
--------------------------	---------------------------

PP

LEODEGAR TISCOSKI (PP/SC)	1. CELSO RUSSOMANNO (PP/SP)
---------------------------	-----------------------------

PTB

FERNANDO GONÇALVES (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
-----------------------------	---------------------------------

PL

OLIVEIRA FILHO (PL/PR)	1. PAULO GOUVÊA (PL/RS)
------------------------	-------------------------

PPS

JÚLIO DELGADO (PSB/MG)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)
------------------------	----------------------------

(Atualizada em 24.10.2006)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado ALCEU COLLARES

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE FONTANA PT-RS	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA PMDB-MG
<u>LÍDER DA MINORIA</u> JOSÉ CARLOS ALELUIA PFL-BA	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> ALVARO DIAS PSDB-PR
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> ALCEU COLLARES PDT-RS	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> ROBERTO SATURNINO PT-RJ

(Atualizada em 15.8.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

CNPJ 00.530.279/0005-49
Avenida N/2 S/Nº Praça dos Três Poderes – Brasília DF – CEP 70165-900
Fones: 311-3803 ou 311 3772 – Fax: (061) 224-5450

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 31,00
Porte do Correio	R\$ 96,60
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 127,60

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 62,00
Porte do Correio	R\$ 193,20
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 255,20

OBS: Caso sejam feitas as assinaturas dos Diários do Senado e da Câmara dos Deputados, receberá **GRACIOSAMENTE** o Diário do Congresso Nacional

NÚMERO AVULSO

Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020055	GESTÃO 00001
--------------------	-------------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU, que poderá ser retirada no site: http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru_simples.asp, código de recolhimento apropriado e o número de referência 28815-2 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020055/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS.: NÃO SERÁ ACEITO PEDIDO ATRAVÉS DE CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCNs.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 311-3803 e 311-3772, fax: 224-5450
Serviço de Administração Econômico - Financeira/Controle de Assinaturas, falar com Mourão ou Solange.



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Constituição da República Federativa do Brasil (modelo econômico)

Publicação com atualização permanente.
Contém o texto constitucional de 5 de outubro de 1988 com as alterações introduzidas pelas Emendas Constitucionais de Revisão, de nºs 1 a 6, e demais emendas constitucionais.



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/catalogo

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1) Confirme a disponibilidade de estoque utilizando os nossos telefones, *e-mail* ou por via postal.
- 2) Efetue depósito na conta única do tesouro (enfatizamos a importância do código identificador).

Banco: Banco do Brasil S/A (001)

Agência: 4201-3

A crédito de: Conta Única do Tesouro Nacional / FUNSEEP

Conta-corrente: 170.500-8

Código Identificador (imprescindível): 02.00.55.00.00.12.08.15-9

Observação: não é possível a utilização de DOC ou TED na transferência de valores para a Conta Única do Tesouro. É necessário que o depósito seja feito em uma agência do Banco do Brasil. Os correntistas do Banco do Brasil que utilizam o *internet banking* podem acessar o menu “Transferências”, escolher a opção “para Conta Única do Tesouro”, informando seu CPF/CNPJ, o valor da compra e, no campo “UG Gestão finalidade”, o código identificador acima citado.

- 3) Encaminhe-nos, por via postal, fax ou *e-mail* (digitalizado), o comprovante do depósito, a relação do que está sendo adquirido, nome e endereço completo para remessa e informe um telefone para contato.



EDIÇÃO DE HOJE: 92 PÁGINAS